



FRONTEIRAS

50 ANOS
1969 2019
UFPEL

PR
Pró-Reitoria de
EC
Extensão e Cultura


Editora
UFPeI



Reitoria

Reitor: Pedro Rodrigues Curi Hallal

Vice-Reitor: Luis Isaías Centeno do Amaral

Pró-Reitor de Graduação: Maria de Fátima Cássio

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Flávio Fernando Demarco

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Francisca Ferreira Michelin

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Otávio Martins Peres

Pró-Reitor Administrativo: Ricardo Hartlebem Peter

Pró-Reitor de Infra-estrutura: Julio Carlos Balzano de Mattos

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis: Mário Renato de Azevedo Jr.

Pró-Reitor de Gestão Pessoas: Sérgio Batista Christino

Conselho Editorial

Presidente do Conselho Editorial: Ana da Rosa Bandeira

Representantes das Ciências Agrônômicas: Guilherme Albuquerque de Oliveira Cavalcanti

(TITULAR), Cesar Valmor Rombaldi e Fabrício de Vargas Arigony Braga

Representantes da Área das Ciências Exatas e da Terra: Adelir José Strieder

(TITULAR), Juliana Pertille da Silva e Daniela Buske

Representantes da Área das Ciências Biológicas: Marla Piumbini Rocha

(TITULAR), Rosângela Ferreira Rodrigues e Raquel Ludke

Representantes da Área das Engenharias e Computação: Darci Alberto Gatto

(TITULAR) e Rafael Beltrame

Representantes da Área das Ciências da Saúde: Claiton Leoneti Lencina

(TITULAR) e Giovanni Felipe Ernst Frizzo

Representantes da Área das Ciências Sociais Aplicadas: Célia Helena Castro Gonsales

(TITULAR) e Sylvio Arnaldo Dick Jantzen

Representante da Área das Ciências Humanas: Charles Pereira Pennaforte

(TITULAR) e Guilherme Camargo Massau

Representantes da Área das Linguagens e Artes: Josias Pereira da Silva

(TITULAR) e Maristani Polidori Zamperetti

Dados de Catalogação na Publicação
Simone Godinho Maisonave – CRB-10/1733

F928 Fonteiras / [organizadores: Francisca Ferreira Michelin, Matheus Blaas Bastos ; [Dianine Censon... [et al.] – Pelotas, Ed. da UFPel, 2019. 87 p.

8,80 MB, E-Book (PDF)
Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/prec/publicacoes/>
ISBN: 978-85-7192-948-7

1. Sociedade 2. Educação superior 3. Fronteiras 4. Cultura hídrica 5. Espaços sociais 6. Espaços culturais 7. Espaços políticos 8. Projetos extensão – UFPel I. Michelin, Francisca Ferreira, org. II. Bastos, Matheus Blaas, org. III. Censon, Dianine ... [et al.]

CDD 378.01



**Editora
UFPel**

Filiada à A.B.E.U.

Rua Benjamin Constant, 1071 - Porto

Pelotas, RS - Brasil

Fone +55 (53)3227 8411

editora.ufpel@gmail.com

Direção

Ana da Rosa Bandeira | EDITORA-CHEFE

Seção de Pré-produção

Isabel Cochrane | ADMINISTRATIVO

Seção de Produção

Gustavo Andrade | ADMINISTRATIVO

Anelise Heidrich | REVISÃO

Ingrid Fabiola Gonçalves | DIAGRAMAÇÃO

Seção de Pós-produção

Madelon Schimmelpfennig Lopes | ADMINISTRAÇÃO

Morgana Riva | ASSESSORIA

Organizadores: Francisca Ferreira Michelin / Matheus Blaas Bastos

Revisão: Editora da Universidade Federal de Pelotas

Diagramação: Larissa de Carvalho Raulino

Edição: Matheus Blaas Bastos

Fotografia da capa: wikimedia.org (livre de direitos autorais)



Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Francisca Ferreira Michelin

Coordenador de Arte e Inclusão

João Fernando Igansi Nunes

Coordenadora de Patrimônio Cultural e Comunidade

Silvana de Fátima Bojanoski

Coordenador de Extensão e Desenvolvimento Social

Felipe Fehlberg Herrmann

Núcleo de Ação e Difusão Cultural

Matheus Blaas Bastos

Núcleo de Formação, Registro e Acompanhamento

Ana Carolina Oliveira Nogueira

Cátia Aparecida Leite da Silva

Rogéria Aparecida Cruz Guttier

Seção de Integração Universidade e Sociedade

Elcio Alteris dos Santos

Seção de Captação e Gestão de Recursos

Mateus Schmeckel Mota

Elias Lisboa dos Santos

Seção de Mapeamento e Inventário

Andrea Lacerda Bachettini

Secretaria

Nádia Najara Kruger Alves

sumário

Atravessar fronteiras <i>Francisca Ferreira Michelin</i>	07
Cidades de fronteira: a promessa de abertura dos free-shops brasileiros e as noções públicas do espaço Rio Grande do Sul-Uruguai a respeito deste processo <i>Dianine Censon</i>	09
Explorando fronteiras através das visitas pedagógicas: uma abordagem a partir da educação patrimonial <i>Dalila Rosa Hallal</i> <i>Éverton Felipe Kaizer</i> <i>Ketrin Cristina Gabriel</i> <i>Leopoldine Radtke</i>	26
Leitura da paisagem cultural urbana na fronteira Brasil-Uruguai: ação extensionista nas cidades gêmeas Chuí-Chuy <i>Sylvio Arnaldo Dick Jantzen</i> <i>Ana Lúcia Costa de Oliveira</i> <i>Aline Montagna da Silveira</i>	42
O Para-formal na Fronteira Brasil-Uruguay: uma viagem pelo comércio de rua das cidades limítrofes <i>Eduardo Rocha</i> <i>Lorena Maia Resende</i> <i>Laís Dellinghausen Portela</i> <i>Humberto Levy de Souza</i>	58
Uma proposta intercultural para a integração binacional na 'Fronteira da Paz' Santana do Livramento-Rivera <i>Paulo Ricardo Silveira Borges</i> <i>Ana Lourdes da Rosa Nieves Brochi Fernández</i> <i>Pierre Moreira dos Sá</i>	73

ATRAVESSAR FRONTEIRAS

“Vários lugares do planeta começam a se parecer cada vez mais uns com os outros; de alguma forma, estão se tornando a mesma coisa. A menos que nós os mantenhamos diferentes. E nosso sentido de lugar é que nos permitirá fazer isso.”

Wim Wenders

A Fronteira no meio acadêmico tem sido objeto de estudos, conteúdo de projetos, tema de eventos, motivo de cooperações e elemento estruturante de iniciativas que objetivam discuti-la tanto do ponto de vista conceitual como sob os aspectos de regiões que compartilham limites geográficos. O interesse em observar, estudar, relacionar, comparar, diferenciar e sistematizar as dinâmicas culturais fronteiriças, tanto da experiência e do ponto de vista de quem habita a fronteira como daqueles que, ainda que fora dos limites geográficos desta linha divisória entre as nações, transitam no assunto, é motivado ora pelo sentido de conflito que há nesses lugares, ora pelo oposto, a paz. Na sua proposta original, que apresentou chamada para extensionistas que desejassem relatar experiências, estudos e vivências de trânsitos e trocas nos limites entre o Brasil e países fronteiriços, desejava-se reunir exemplares de ações de conhecimento, capazes de positivar tensões e conflitos e fomentar as soluções de convívio e interação. Pretendia-se encontrar, deste modo, interlocutores que refinassem a visão do limite nacional, esmiuçando o seu contexto, documentando os trânsitos culturais e investigando as relações que definem as experiências de uma cultura híbrida.

Portanto, temas como a expansão econômica, o desenvolvimento nacional, as identidades, as soluções de convívio, as expressões estéticas e linguísticas, as histórias tramadas, a visão de si e do outro, os patrimônios materiais e imateriais compartilhados compõem o mosaico de um espaço de vida binacional que reflete o limite geográfico que pode ser um corte, ou uma sutura profunda, ou ainda, um tecido particular, com significados próprios e que merece, pela singularidade da ocorrência de soluções, ser observado.

Os elementos formadores desta realidade fronteiriça podem ser entendidos como a expressão de convívio entre um país e outro e por meio deles é possível designar a fronteira como a relação territorial e cultural dos povos. A trajetória das comunidades que habitam a faixa de fronteira, via de regra, antecede os princípios legais de ambos os países e se responde por parte do que hoje promulgam as leis, há uma fração da realidade desses lugares que não se vê contemplada em nenhum dos lados. Há uma lógica imanente da

condição vivencial que ignora as fronteiras, por já ocuparem-nas antes de existirem os Estados. Assim, as fronteiras são espaços sociais, culturais e políticos que representam modos de vida e formas de interação nos quais as nacionalidades se diluem ou se intensificam para além do desejável, em face de respostas construídas pela convivência, pacífica ou não.

No entanto, o que talvez mais motive a reflexão sobre as fronteiras é o que as palavras do cineasta alemão Wim Wenders na epígrafe eleita para abrir este livro, apontam: o sentido de lugar. Nas fronteiras, este sentido se amplifica, seja como a expressão sensível, a exemplo dos cantos tradicionais ou como conflito, traduzidos nos ruídos ameaçadores de armas e combates. Se o convívio pacífico se instaura, o sentido do lugar pode vir a ser a integração; caso contrário, com frequência, será a guerra. Em ambos os casos, a fronteira é tanto passagem como é encontro ou fuga ou confronto.

A Universidade Federal de Pelotas encontra-se na faixa de uma fronteira pacífica, onde o sentido de um lugar com histórias próprias faz com que os visitantes, os não fronteiriços, vivam a experiência da descoberta. São lugares para serem ouvidos, lugares com memórias a serem contadas.

Vejamos se os relatos e análises compiladas neste livro emprestam ao leitor a experiência de escutar os lugares de fronteira. E, assim, que seja esta, uma boa leitura!

Francisca Ferreira Michelin
Pró-Reitora de Extensão e Cultura da UFPel



Cidades de fronteira: a promessa de abertura dos free shops brasileiros e as noções públicas do espaço Rio Grande do Sul-Uruguai a respeito deste processo

Dianine Censon

ARGUMENTOS INICIAIS

Levando-se em conta a extensão do território brasileiro e, unindo-se a isso, a heterogeneidade social dentro desse espaço, parece um esforço interessante analisar as ações públicas dentro desse contexto. Como espaço de interações e relações, ele é também espaço de poderes, estando suscetível a uma série de enfrentamentos e disputas que moldam cada realidade específica e clamam por ações que atendam a essas especificidades. No entanto, parece haver certa generalização da forma como o Governo Federal enxerga o território brasileiro ou, mais diretamente, na forma como se planeja o Estado brasileiro, que se baseia em uma noção de desenvolvimento e integração muitas vezes homogêneos.

Esse desenvolvimento, talvez, possa ser pensado aqui como ferramenta para a integração, como veremos adiante. A princípio, entendendo desenvolvimento como mudanças (novas combinações) que se iniciam internamente na sociedade, abrangendo fatores diversos, que não necessariamente relacionam-se diretamente com a economia, mas que acabam por alterar a lógica econômica (SCHUMPETER, 1988), pode-se tentar entender o esforço do Governo Federal brasileiro em equiparar o desenvolvimento de seu território. Tal esforço não é recente, mas a todo o momento vem se reformulando e reapresentando em formas de políticas e ações de governo. Um dos frutos dessa reformulação foi a criação, em 1999, a partir de uma série de fusões e transferências de outras competências, do Ministério da Integração Regional (BRASIL, 2011a). Dentro das atribuições o Ministério é institucionalizado, em 2007, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que se propõe à “redução das desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento (...)” (BRASIL, 2007, s/p), bem como uma criação de ambiente favorável ao estímulo da competição entre as regiões como forma de acesso a essas oportunidades e incentivo ao crescimento (BRASIL, 2012a).

¹ Neste texto, usar-se-á publicações oficiais do Governo Federal como forma de situar historicamente um debate, bem como compreender as falas dessa instância frente à realidade brasileira. Não se pretende, de forma alguma, naturalizar o que é apresentado nestes documentos, mas sim demonstrar como ele vem sendo apresentado, a fim de construir as reflexões aqui apresentadas.

Regiões historicamente esquecidas ou desfavorecidas fazem parte dos objetivos da PNDR, a fim de promover inclusão social, produtividade, sustentabilidade ambiental e competitividade econômica (BRASIL, 2007). Alguns dos argumentos da Política versam sobre a ‘injustiça’ de se nascer ou viver em um local historicamente desfavorecido socialmente por, entre outros motivos, sua distância dos centros administrativos e financeiros do país, causando a exclusão frente à sociedade nacional que gera desvantagem competitiva em relação a localidades melhor inseridas nessa lógica (BRASIL, 2007; 2012a). Pensando nessa urgência em integrar regiões com essas características de esquecimento e exclusão, são exemplos de programas desenvolvidos pela PNDR: o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste e, que será foco neste texto, o Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF).

O Programa, lançado em 2009, vem acompanhado da definição de uma Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF), em 2010. Os objetivos do PDFF, em consonância com as atribuições da CDIF, versam sobre a organização e o aperfeiçoamento das políticas públicas como forma de criação de oportunidades para a integração da faixa de fronteira ao cenário de desenvolvimento nacional (BRASIL, 2009a; 2010; 2011b).

Ao buscar integrar essas regiões no cenário de desenvolvimento nacional, as justificativas do PDFF versam sobre a atenção às identidades culturais e econômicas fronteiriças, como forma de afirmação dos princípios básicos de i) autonomia, ou descentralização; ii) cooperação vertical e horizontal; iii) coordenação e; iv) equidade, ou solidariedade (coesão) regional que permeiam o sistema federativo brasileiro (BRASIL, 2012a). Nenhum dos princípios, no entanto, parece dar opção de não seguir a orientação pró-desenvolvimento, não integrar às políticas de desenvolvimento regionais nacionais e, mais, optar pela continuidade das atividades locais em satisfação com o cenário atual vivido pelo espaço em questão.

Desse modo, o Governo Federal apresenta a sua própria forma de entender como a fronteira se configura, mas especificamente ao contexto brasileiro, descrevendo-a como

(...) uma região pouco desenvolvida economicamente, historicamente abandonada pelo Estado, marcada pela dificuldade de acesso a bens e serviços públicos, pela falta de coesão social, pela inobservância de cidadania e por problemas peculiares às regiões fronteiriças (BRASIL, 2009a, p. 8).

Em sintonia com as políticas do Ministério da Integração, vem-se discutindo, desde 2009, a abertura de lojas francas (*free shops*²) no lado brasileiro das fronteiras internacionais, assim como os já existentes no lado oposto. Essa ideia, proposta inicialmente pelo deputado Ibsen Pinheiro, foi apresentada como Projeto de Lei 6.316 no Congresso Nacio-

2 Lojas de produtos com diminuição ou isenção de impostos, normalmente localizadas em áreas internacionais como aeroportos, portos ou navios de cruzeiros, no caso brasileiro.

nal, em 2009. No documento, as justificativas trabalhadas pelo deputado versam sobre a necessidade de diversificação da economia nas cidades fronteiriças, também chamadas “cidades gêmeas”, que acabam diminuídas diante das irmãs internacionais uma vez que com o comércio diferencialmente tratado na questão tributária, trabalhado nestas cidades, compete com as irmãs brasileiras deixando-as em desvantagem. De acordo com o documento, vê-se esse cenário:

O comércio tipo free shop é responsável pelo extraordinário desenvolvimento urbano das cidades uruguaias, paraguaias e argentinas de fronteira em função da geração de novos empregos que promoveu ao longo do tempo. Maior evidência deste fato se vê nas cidades uruguaias onde lojas com visual de primeiro mundo que comercializam (e contrabandeiam) eletrodomésticos, bebidas, alimentos, roupas, medicamentos, produtos de informática, dentre outros, atraem brasileiros de todas as partes do sul do Brasil (...). Expressiva parcela da população destes municípios [brasileiros, na fronteira internacional] está desempregada, que pode ser claramente percebido pela quantidade de comerciantes informais nas ruas (BRASIL, 2009b, s.p.).

Em 2012 foi sancionada a lei nº 12.723, que além de autorizar a instalação do comércio de free shops nas cidades brasileiras de fronteira, estabelecia algumas diretrizes para essa atividade (BRASIL, 2012b). Os esforços políticos para a abertura desses free shops no lado brasileiro das fronteiras com o Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa embasam esse estudo.

Pensando nessa série de relações entre Governo Federal, fronteiras e oportunidades, esse texto tem como objetivo discutir, tomando por base a intersecção entre as teorias sobre os espaços, as cidades fronteiriças e o desenvolvimento econômico, como acontecem as adaptações locais na questão da gestão e planejamento das cidades de fronteira, frente às orientações de desenvolvimento do Governo Federal. Para isso, foram visitadas seis cidades do Rio Grande do Sul que fazem fronteira com o Uruguai (a saber: Santana do Livramento, Chuí, Jaguarão, Aceguá, Barra do Quaraí e Quaraí), buscando, a partir de conversas com representantes do poder público, questionar as ações em andamento a respeito da movimentação pró-instalação dos free shops, bem como os posicionamentos locais e o interesse privado nos empreendimentos³.

3 Tais visitas se deram a partir de verba do Edital Universal CNPQ 2014, integrando o Projeto de Extensão e Pesquisa Para-Forman na Fronteira, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (FAUR-B-UFPel). No entanto, a pesquisa também auxiliou no processo de formulação e compreensão da dissertação “Entre os fantasmas do passado e a crença no futuro: uma narrativa sobre as estratégias adotadas pelo governo de Jaguarão (RS) frente às diretrizes do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPel, subsidiada por bolsa CAPES.

SOBRE A METODOLOGIA

Em março de 2016, seis cidades da Fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai foram visitadas, juntamente com um grupo de pesquisadores de áreas e interesses diversos sobre temáticas fronteiriças. A inserção em campo aconteceu em uma semana, onde a cada dia uma nova cidade era visitada e pesquisada, pressupondo, então, determinada organização e planejamento prévio frente às entrevistas e visitas aos representantes públicos.

Os representantes públicos foram escolhidos a partir da ideia de que a Lei 12.723 pressupunha determinada organização do serviço público local, bem como atividades de consultas e chamadas públicas, além de questões como zoneamento urbano e organização fiscal. Assim, entendeu-se que prefeituras, secretarias e demais instâncias de governo municipal precisariam estar articuladas e trabalhando em sintonia com as determinações do Governo Federal para, não só receber a nova atividade em questão como, também, repassar às instâncias governamentais superiores as especificidades e questionamentos do seu espaço e de sua população.

As entrevistas contaram com um roteiro, abordando: 1) o conhecimento dos entrevistados do andamento dos processos a partir da Lei 12.723; 2) as perspectivas da secretaria em questão (algumas das secretarias visitadas foram as de Planejamento, Gestão e Habitação; Cultura e Turismo; e Esporte, Cultura e Turismo); 3) o envolvimento dos atores políticos nos trâmites burocráticos e, de alguma forma; 4) a percepção pública a respeito da atuação do poder privado e da sociedade civil nessas ações. Foram marcadas, antecipadamente, todas as entrevistas, de forma a compartilhar com os entrevistados o objetivo das conversas e, quem sabe, prepará-los para abordar a temática em questão.

Por se tratarem de cidades de fronteira, e situadas em uma mesma extensão regional, poderia pressupor-se que as características locais seriam muito semelhantes entre si. De forma a não comprometer o estudo com tal pensamento, buscou-se primeiramente organizar as pesquisas prévias sobre cada localidade levando em consideração o número de habitantes das seis cidades: Barra do Quaraí (4.012 habitantes, Censo IBGE/2010), Aceguá (4.394 habitantes, Censo IBGE/2010) e Chuí (6.320 habitantes, Censo IBGE/2014) foram entendidas como cidades pouco populosas. Quaraí (23.604 habitantes, Censo IBGE/2014), Jaguarão (27.924 habitantes, Censo IBGE/2010) e Santana do Livramento (83.324 habitantes, Censo IBGE/2014)⁴ foram compreendidas como cidades bastante populosas, em todos os casos considerando-se os padrões fronteiriços.

Além disso, foram feitas pesquisas prévias à incursão em campo para se tentar compreender as divisões secretariais em cada aparato público municipal, em uma tentativa

4 Dados retirados do Censo Populacional 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 29 de novembro de 2010. E Censo Populacional 2014. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 1 de julho de 2014. Acesso em 11 de abril de 2016.

de optar por entrar em contato com representantes públicos que melhor pudessem estar envolvidos com a temática das entrevistas, os free shops, aproveitando o tempo disponível para coleta de dados em cada cidade. Dessa forma, as conversas com os atores políticos consideraram esse modelo de articulação, com o objetivo de compreender nas falas dos entrevistados o que parecia pautar as ideias de ações em cada localidade, a partir da lei de abertura dos free shops brasileiros.

Para orientar os dados obtidos nas pesquisas documentais e nas entrevistas, optou-se por amparo na discussão de Vainer (2000), ao tratar de uma estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. Para o referido autor, as cidades vêm sendo passíveis de desempenhar três posturas, a saber: a cidade-produto, na qual as suas orientações visam sua comercialização pela lógica do mercado; a cidade-empresa, em que ao invés de cidade administrada ela passa a ser empresarizada, isto é, tomando a ideia de empresa como um modelo universalmente generalizável como um símbolo de progresso, de eficiência, de modernização e; a cidade-pátria, que passa a ser pautada quando, vendo os benefícios conquistados pelas outras duas formas da cidade, cria-se uma relação de dependência e noção de pertencimento àqueles modelos.

As três analogias constitutivas da cidade apresentadas por Vainer (2000), que serão aprofundadas durante a construção deste trabalho, convergem em ações específicas justificadas pelo lema do desenvolvimento. Também, conforme se adentrava no emaranhado mundo da pesquisa de campo, as metáforas acima auxiliaram a compreender as especificidades locais do planejamento urbano fronteiriço e, assim, da diversidade fronteiriça - é interessante, portanto, pensar na discussão de cidades de Vainer (2000), relacionando-a à já exposta na PNDR. A cidade-produto, que se utiliza das forças locais, da produtividade, da exacerbação das características únicas daquele espaço, alia-se ao modelo de competitividade proposto pelo delineamento da Política, que incentiva o uso das especificidades regionais como forma de inserção e visibilidade a atração de atenções, deixando implícito que aquela localidade específica precisa se destacar para além das demais para ter alguma chance de concorrência (na atração de visitantes, investidores, etc.). Essa competição, quando altamente estimulada e resultando na integração dos atores locais, torna-se geradora de desenvolvimento social, e traz consigo marcas da cidade-empresa, eficiente, favorável ao livre-mercado e por que não, ao neoliberalismo (VAINER, 2000). Com isso, é possível refletir sobre como as diretrizes de coesão e equidade propostas pelo Ministério da Integração tomam forma na cidade-pátria, que se transforma em um espaço unificado, coletivo e confiante, na ideia de venda da imagem promissora e positiva da localidade.

UMA CONTEXTUALIZAÇÃO FRONTEIRIÇA

Uma vez já explicitada a compreensão de fronteira que o Governo Federal adota, cabe apresentar o entendimento de fronteira como espaço de características específicas, decorrentes das limitações geográficas e da multiplicidade de agentes em convivência no mesmo espaço (SENNETT, 2011; 2013), de forma a orientar como a ideia do espaço fronteiriço é pensada neste trabalho. Cabe também destacar o entendimento de territórios de fronteira de Haesbaert (2004), que trabalha com duas lógicas de fronteira: a “lógica territorial tradicional”, onde o foco é no espaço geográfico que legitima as identidades sociais a partir das políticas territoriais e, também a “lógica espacial”, que envolve as relações de especificidades tanto dos agentes do espaço quanto do histórico de redes de relação para além da linha limite denominada “fronteira” (HAESBAERT, 2004).

A articulação dessas noções de fronteira explicita a dificuldade em determinar o que é e, principalmente, o que toma forma nesse espaço. Ainda, reforça-se a preocupação com as políticas de integração em curso e a aparente desconsideração dessas especificidades, utilizando-se de um modelo de desenvolvimento que tende a generalizar o espaço fronteiriço como, apenas, mais um espaço esquecido pela administração pública nacional.

Para Dittrich (2012), as fronteiras constituem realidades bastante complexas, uma vez que as suas materialidades são diferentes daquelas concepções e representações praticadas em espaços não fronteiriços. Nesses locais é fácil enganar-se considerando apenas o aspecto geográfico como limitador, uma vez que a fronteira da civilização, a fronteira espacial, a fronteira de cultura, de visões de mundo, de etnias, de história e a fronteira do humano (DITTRICH, 2012) são aspectos igualmente importantes na configuração das dinâmicas do espaço, da relação dos indivíduos para com ele e das ações desenvolvidas ali. Para Prado (2014), toda a gama de conceptualização de “fronteira”, ainda se encontra de certa forma incompleta, e “não atende aos objetivos dos estudos envolvendo as dinâmicas econômicas, migratórias, políticas, sociais e culturais” (PRADO, 2014, p. 4).

A fronteira Brasil-Uruguai, além disso, tem dimensões próprias bastante específicas. Golin (2002, p. 52) fala em um “espaço social construído historicamente”, uma vez que pelas características socioeconômicas, culturais e geográficas compartilhadas entre os municípios fronteiriços dos dois países, não parece correto classificar esses espaços apenas jurídica e territorialmente, não levando em conta os aspectos subjetivos encontrados ali. Tais especificidades, inclusive, motivaram a Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) do Rio Grande do Sul, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), amparados pelo Acordo de Cooperação Técnica, a realizar um estudo de mapeamento das atividades econômicas do Rio Grande do Sul com os países vizinhos, a saber, Uruguai em sua maioria e Argentina (FILHO, SEVILLA, AVILA, 2012).

Nos estudos, os autores trabalham com as áreas como o planejamento do espaço, a

legislação fronteiriça, o desenvolvimento regional, os projetos de governo, o setor econômico (relacionando-se com a aduana e os free shops, a agricultura e o polo naval), a infraestrutura e o setor energético, bem como as universidades da região (FILHO, SEVILLA, AVILA, 2012). Ali, faz-se uma catalogação dos principais aspectos que compõem a formação da região fronteiriça do Rio Grande do Sul, mas desconsidera-se a influência cultural que as cidades recebem tanto da tradição uruguaia quanto da argentina. Esse esforço se faz necessário quando se procura entender o desenvolvimento regional fronteiriço de forma contextualizada e histórica e, além disso, quando se procura compreender as relações dentro daquele espaço.

Com relação ao desenvolvimento, no estudo de Tomazzoni e Costa (2012) sobre o papel das universidades no desenvolvimento do turismo das cidades gêmeas entre Brasil e Uruguai discorre-se sobre as potencialidades e estratégias dessas cidades para a configuração de uma realidade turística competitiva. Há um considerável esforço para caracterizar o desenvolvimento da região e, em vários momentos, lembra-se que as formas como o desenvolvimento é medido, seja econômica, competitiva ou produtivamente, são equivocadas. No entanto, valoriza-se a ideia de turismo como vetor de contribuição ao desenvolvimento dessas cidades, chegando-se a falar, em determinado momento, que “o incentivo ao desenvolvimento do turismo nos municípios fronteiriços pode ser alternativa de diversificação econômica para estas áreas de baixa densidade demográfica e baixo índice de desenvolvimento” (TOMAZZONI E COSTA, 2012, p. 12). Essa crença é problemática em diversas medidas, uma vez que dota de demasiada responsabilidade determinada atividade econômica, mas é também bastante difundida tanto pelas instâncias públicas quanto pelos setores privados da atividade.

Apesar de, para o senso comum, a noção de fronteira internacional ser entendida como a localidade de divisão de dois ou mais países, na divisão territorial brasileira entende-se como “os espaços compreendidos em até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres (...)”⁵. Dentro dessa definição, tem-se a “linha de fronteira” composta pelos municípios que fazem divisa com os países vizinhos, e as “Cidades Gêmeas” referente às cidades que possuem ligação direta com um ou mais vizinhos (CARGNIN, 2011).

No Rio Grande do Sul, dada a ocupação do território e as características regionais, tem-se 10 cidades gêmeas (Santana do Livramento, Chuí, Jaguarão, Porto Xavier, Aceguá, Barra do Quaraí, Itaqui, Quaraí, São Borja e Uruguiana), um número bastante elevado ante os demais estados brasileiros, sendo a sua maioria pertencente à Metade Sul do Rio Grande do Sul.

Para se compreender o processo de ocupação e integração da Metade Sul do Rio Grande do Sul ao restante do território nacional seria necessário um resgate histórico que

5 Conforme estabelecido no § 2º do art. 20 da Constituição, dada pela Lei Federal nº 6.634/79, regulamentada pelo Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980.

não parece pertinente neste momento.⁶ No entanto, esse processo acabou por resultar em um cenário regional de aparente “atraso”, em que não só a economia parece estagnada como as próprias desigualdades sociais, culturais, ambientais, etc., chamam atenção a um espaço teoricamente “esquecido” pelo Estado (SEHN, 1999). Ao pensar-se nas diretrizes que deram embasamento a PNDR, parece clara a significância da participação de regiões do Rio Grande do Sul nas ações da Política. Somando-se a situação do estado com a já descrição das regiões de fronteira, feita anteriormente, entende-se que de diferentes formas esses espaços vieram sendo pormenorizados frente às atenções nacionais e, com as políticas do Ministério da Integração, parecem estar ganhando atenção.

Para Cargnin (2011), no entanto, essa divisão do estado do Rio Grande do Sul entre norte desenvolvido e sul subdesenvolvido é repleta de problemáticas, uma vez que se faz necessária a compreensão das especificidades de cada localidade para entender o processo de desenvolvimento (ou não) em curso. Fatores como a imigração diferenciada no norte e no sul, a ocupação em propriedades pequenas e industriais e grandes e pecuárias/agrícolas, respectivamente, são constantemente resgatados como justificativas à estagnação da Metade Sul (CORONEL, ALVES, SILVA, 2007). No entanto, Rocha (2000) tem uma visão alternativa sobre o assunto. Para o autor, um dos motivos da estagnação da Metade Sul foi a falta de motivação dos produtores, uma vez que não havia a necessidade de se produzir e vender a grandes mercados se a situação econômica e social das famílias naquele momento atendia satisfatoriamente aos anseios pessoais delas.

Nas fronteiras do Rio Grande do Sul, a economia local acompanha determinado padrão, tendo sua base na agricultura, pecuária e nos serviços (FILHO, SEVILLA, AVILA, 2012; PINTO e PINTO, 2010). Somando-se isso com a distância dos centros financeiros do país, tem-se o cenário ideal para certo esquecimento no tempo e determinadas formas de agir e pensar que abrem espaço para as orientações arbitrárias e sem especificidades locais que advêm das instâncias superiores da administração pública nacional.

A FRONTEIRA RIO GRANDE DO SUL – URUGUAI EM SEIS MOMENTOS

Apesar da já explicitada questão dos free shops, no entanto, no intervalo entre a sanção da Lei 12.723 e a publicação deste estudo (a saber, 2012-2018), não houve nenhuma abertura dessas lojas nas cidades contempladas, e, mais especificamente no Rio Grande do Sul, as dez cidades (Santana do Livramento, Chuí, Jaguarão, Porto Xavier, Aceguá, Barra do Quaraí, Itaqui, Quaraí, São Borja e Uruguiana) que se beneficiariam com essa atividade, estão em constante movimentação para que ela de fato aconteça. Uma série de assembleias, reuniões de discussão, notícias nas mídias locais, etc. veio acontecen-

6 Para saber mais, indica-se Alonso, 1986; Pesavento, 1985; Quevedo e Tamanquevis, 1990.

do para tratar do assunto, mais efetivamente no período em que as pesquisas de campo estavam sendo realizadas (meados de 2016). Uma vez que a abertura desses empreendimentos visa à dinamização das atividades econômicas das cidades em questão, uma série de argumentos, não necessariamente econômicos, que afetam e alteram o funcionamento de toda a lógica desses espaços, está sendo posta em discussão. Jaguarão, que faz divisa com Rio Branco no Uruguai, parece estar liderando as movimentações como forma de, ao mesmo tempo, fazer pressão ao governo brasileiro e preparar as cidades para o recebimento dessa nova oportunidade que se justifica como econômica.

Na cidade, uma série de ações estiveram sendo postas em curso para a abertura dos free shops. As assembleias que contam com a presença de representantes do poder público das cidades fronteiriças, representantes do comércio local e membros da sociedade civil discutem sobre zoneamento para a implantação das lojas, questões fiscais a serem levadas aos governos Estadual e Federal e o planejamento urbano relativo à recepção dos novos visitantes. Algumas das preocupações adicionais, também, tratam do turismo e dos patrimônios da cidade, como forma de maior atração e prolongamento da estadia dos compradores.

Em Barra do Quaraí e Chuí a descrença nas falas dos atores entrevistados era aparente. Na primeira, o secretário de Planejamento, Gestão e Habitação afirmou que a cidade já dispunha de uma lei municipal regulamentando a abertura das lojas, mas nenhum empresário havia manifestado interesse e, muito menos, havia fluxo de brasileiros para além dos moradores naquela localidade. Houve falas sobre a necessidade de pesquisas de mercado acerca da atividade, bem como a qualificação do espaço para receber visitantes. No Chuí, o conformismo do representante da Secretaria de Esporte, Cultura e Turismo versava sobre dois pilares principais: a burocracia dos desdobramentos da Lei nº 12.723, na época há 4 anos em andamento e, principalmente, a força que os free shops do lado uruguaio já exercem sobre o fluxo de pessoas que passam pela cidade. Também foi destacado o baixo potencial turístico local, outro impasse para a promoção da cidade.

Já em Quaraí e Jaguarão, populosamente maiores, representantes da Secretaria de Cultura e Turismo da primeira cidade destacaram o interesse dos empresários locais, indicando inclusive lojas onde poderiam ser buscadas mais informações. Em Jaguarão, a cidade mais aparentemente organizada administrativamente da visita, a secretária de Cultura e Turismo destacou o interesse local em colocar em prática o indicado pela Lei nº 12.723, bem como em qualificar os patrimônios locais para 'vender o produto' da cidade, utilizando justificativas como a já infraestrutura turística utilizada por visitantes dos free shops da cidade uruguaia vizinha, a posição estratégica de Jaguarão ao acesso à capital uruguaia e gaúcha e, além disso, o envolvimento da cidade com as negociações com o Governo Federal.

Ainda em Jaguarão, na Secretaria de Planejamento e Urbanismo abordou-se, principalmente, a situação do processo de abertura dos free shops brasileiros. Os entrevistados

falaram sobre a legislação municipal, datada de 2014⁷, que criou um Grupo Técnico para a regulamentação do empreendimento. A principal preocupação destacada versava sobre a construção de um zoneamento para a implementação das lojas, visando a integração deste comércio à zona urbana da cidade, onde destacou-se o exemplo negativo da cidade uruguaia vizinha de Rio Branco. Na cidade uruguaia os free shops encontram-se distantes do núcleo urbano, o que acarreta, em primeiro lugar, em uma passagem superficial de visitantes ao espaço urbano e, conseqüentemente, uma zona deserta e perigosa no período noturno, após o fechamento do comércio. Para o representante da Secretaria, Rio Branco é “uma cidade que só funciona de dia, naquele trecho [onde estão instalados os free shops], e de noite ela tá completamente abandonada... um velho oeste”, assim como de acordo com o produtor cultural “Rio Branco tinha bares, pizzarias, boêmia, e os free shops mataram a vida do lugar, porque a instalação deles tornou o espaço de uso diurno, e depois do fechamento das lojas é tudo escuro e deserto”, situações que fazem, também, com que os visitantes dos free shops não se hospedem em Rio Branco, uma vez que a proximidade do centro urbano de Jaguarão é maior do que a da própria cidade uruguaia. Assim, a cidade brasileira já dispõe de infraestrutura (principalmente hotéis e restaurantes) de forma a atender os visitantes da cidade vizinha. Quando questionados sobre a procura de empresários locais, no entanto, os representantes da Secretaria afirmaram que esse vem sendo o maior problema. Mesmo com a participação do Sindicato do Comércio Varejista (Sindilojas), da Câmara de Dirigentes Lojistas e do Sindicato dos Empregados no Comércio, apenas uma empresa procurou a Secretaria para mais informações sobre o processo.

Tal informação remete a questionamentos já levantados anteriormente neste texto. A fala dos representantes do poder público, quando questionados sobre o interesse privado no processo, parece denotar, na realidade, a falta de interesse. No entanto, curiosamente, durante os anos de 2014 e 2015 uma série de assembleias e audiências públicas tomaram curso nas cidades fronteiriças com o intuito de debater a temática, o que leva a pensar que há interesse, mas talvez não haja integração ou, até mesmo, esperança no processo. Em julho de 2015, inclusive, ocorreu o maior destes eventos, em Jaguarão, onde o prefeito local (gestão 2013-2016) foi escolhido como coordenador do Fórum de Prefeitos de Cidades Gêmeas do RS, sendo porta voz das demais cidades e responsável também por redigir a Carta de Jaguarão, documento que expressa os interesses dos envolvidos no processo a ser direcionado aos governos Estadual e Federal (PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÃO, 2015). Finalmente, o ex-secretário de Desenvolvimento Econômico da cidade destacou a geração de empregos e renda que a instalação das lojas francas traria, remontando, talvez, as esperanças depositadas pelos uruguaios quando no processo de instalação das lojas no país vizinho (MIRANDA, 2010).

A cidade de Santana do Livramento, mais populosa nesta visita, demonstrou pouco

ou nenhum interesse em tratar do assunto da lei. Em partes, pelo já destaque que os free shops uruguaiois de Rivera, cidade vizinha, têm na região e, também, pelo bom relacionamento turístico que as duas cidades mantêm. A representante da Secretaria de Turismo sinalizou as ações binacionais a partir de relatos do Festival Gastronômico Binacional e o Carnaval Binacional, deixando entender que não era interesse de Santana do Livramento se integrar ao projeto de free shops brasileiros, pois já se beneficiava com a atividade uruguaia. Além disso, a entrevistada deixou transparecer que, de certa forma, os empresários administradores dos free shops uruguaiois na cidade eram também os responsáveis pelos free shops uruguaiois de outras cidades da fronteira Brasil-Uruguai. Assim, o monopólio comercial das lojas francas continuaria concentrado em poucos indivíduos e famílias, o que levantava como questionamento qual era a necessidade dessa atualização da atividade para a cidade em si.

A única cidade onde não foi possível realizar conversas ou entrevistas foi Aceguá, município mais rural dentre os visitados. No entanto, observou-se baixo fluxo de visitantes nas lojas uruguaias, mesmo a visita tendo ocorrido em um sábado, dia tecnicamente mais promissor à visita de turistas, o que talvez possa demonstrar a baixa inserção do município no modelo de atividade econômica em debate para o espaço fronteiro. Também, talvez pela visita tendo ocorrido em um sábado, como supracitado, os representantes públicos contatados não tivessem demonstrado interesse em conversar acerca de assuntos que, teoricamente, estariam circunscritos em uma ideia ortodoxa de horário de trabalho e dias úteis, o que pode remeter a uma administração pouco envolvida e interessada com a temática a ser abordada.

Relacionando as respostas dos atores locais com as analogias constitutivas de Vainer (2000), pode-se notar que quanto maior o número de habitantes nas cidades, maior a organização público-administrativa, assim, mais interessadas nos processos de diversificação e dinamização das atividades econômicas elas estavam. Jaguarão, ao denotar certa preocupação com a qualificação do patrimônio local e com a atuação de seus representantes no processo de abertura dos free shops em nível nacional, parece transitar entre uma lógica cidade-produto e cidade-empresa, buscando ao mesmo tempo 'vender' seu produto local, os patrimônios e atrativos turísticos, articular as instâncias públicas e privadas à busca de um bem maior ao coletivo do município. Quaraí, mesmo que não necessariamente articulada, demonstrou interesse privado elevado, onde os empresários locais exercem certa pressão ao poder público, de forma a incentivar as articulações para a viabilidade do processo de abertura dos free shops brasileiros.

Enquanto isso, Santana do Livramento, já articulada e beneficiada pela atividade uruguaia, parece passar pelo processo cidade-empresa e cidade-pátria, onde a organização permeia as três esferas (poder público, privado e sociedade civil) em uma consoante de bem-estar e satisfação com o momento em que a cidade vive, ou seja, em sintonia com as atividades da economia vizinha.

Já Barra do Quaraí e Chuí, menos populosas e menos organizadas administrativamente, expiram conformidade e descrença, pouco articuladas e pouco esperançosas com os desdobramentos da legislação. O que parece primar, nesses espaços, é uma noção de esquecimento e distanciamento das ditas oportunidades de crescimento e desenvolvimento em pauta nas demais regionalidades do Rio Grande do Sul e, claro, do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pôde-se observar que, quanto menor a cidade (em número de habitantes), maior a descrença referente ao processo de abertura dos free shops brasileiros. Também, maior o conformismo com a limitação do poder público local frente às ações de instâncias superiores como o governo do estado do Rio Grande do Sul e da administração do país. Apesar disso, as mesmas cidades são curiosamente as que parecem mais interessadas em se informar sobre o andamento do processo, mesmo sem estarem, de fato, ativamente envolvidas nele. Isso parece demonstrar como, para esses espaços menores e, consequentemente, detentores de menos atenção, a possibilidade dessa nova organização econômica tende a ser algo mais importante, como uma única oportunidade de dinamização de uma economia local há tempos estática e esquecida.

No entanto, ao considerar essas percepções, parece ser necessário refletir também sobre a real viabilidade desses empreendimentos. Algumas dessas cidades não possuem mais de cinco mil habitantes, e encontram-se fora de rotas turísticas e/ou a caminho de outros locais de interesse. Essas características específicas, quando não percebidas e consideradas, acabam por se desfazer frente aos argumentos estritamente econômicos, levando a uma falsa sensação de que a abertura dos free shops funcionaria como uma salvação ao desenvolvimento local.

Obvêrva-se que, se considerando as variações a respeito do número de habitantes, as cidades de maior porte encontram-se em um momento diferenciado da organização do poder público e do envolvimento do poder privado e da sociedade civil no que tange ao planejamento das ações locais em relação às cidades menos populosas. A isso, pode-se entender que quanto maior a cidade, maior parece ser a sua percepção de capacidade de atuação e sua compreensão do papel que desempenha no contexto nacional, envolvendo-se cada vez mais nas lógicas administrativas advindas do Governo Federal, convergindo em uma aparente padronização do modelo administrativo local. Foi a partir dessas entrevistas iniciais que se passou a pensar que o poder público da região fronteira parecia estar integrando às cegas um discurso de desenvolvimento e salvação proveniente do Governo Federal, que considera as particularidades do espaço em questão apenas nos manuais, Planos e Cartilhas, mas desconsidera tais especificidades no momento das orientações de ação.

O que parece, até o momento, é que a promessa da abertura dos free shops no lado brasileiro das fronteiras internacionais é o grande passo para a inserção dessas cidades no cenário nacional, com prestígio, reconhecimento e, acima de tudo, contribuições econômicas significativas. Tal análise é preocupante, uma vez que pelas observações já feitas, as próprias instâncias locais não parecem saber ao certo com que tipo de situação lidam, bem como não parecem entender o significado dessas novas projeções para o espaço em que se encontram.

Os free shops uruguaiois, instituídos pelo governo em 1986, tiveram sua primeira abertura nos municípios de Chuy (divisa com Chuí-BR) e Rivera (divisa com Santana do Livramento-BR), e caracterizam-se pela venda de produtos com isenção fiscal ao consumidor estrangeiro, não sendo permitida a compra por uruguaiois (PINTO e PINTO, 2010). Em Rio Branco, a primeira loja teve sua abertura em 2003, e hoje a cidade tem a terceira maior concentração de lojas da fronteira uruguaia, ficando atrás somente de Chuy e Rivera. Miranda (2010) descreve a abertura dos free shops uruguaiois como uma solução econômica genuína que deu vida a um setor peculiar, primeiramente tido como a grande oportunidade de desenvolvimento local e, posteriormente, revelando-se um efeito paliativo no crescimento do país (MIRANDA, 2010).

Ainda, ao pensar nas motivações do governo uruguaio quanto à instalação dos free shops, é possível encontrar alguma semelhança com o caso brasileiro. A medida, tida como ideia para compensar os frequentes ciclos econômicos desfavoráveis que as cidades de fronteira uruguaia sofriam (devidos, na época, a taxa de câmbio com o Brasil), baseia-se na importação de modelos de localidades tidas como desenvolvidas, onde se observa uma demanda de produtos de alta qualidade e, por que não, bens de luxo (MIRANDA, 2010).

Ainda, de forma a tentar relacionar o acontecimento de ambas as nações, observa-se que a situação econômica e de promoção de desenvolvimento no Brasil nos anos 1990, quando os free shops uruguaiois foram instalados, ainda pautava-se pela busca pela estabilidade financeira nacional, bem como uma maior relação com o mercado exterior, o que pode acarretar em uma maior confiança do brasileiro para consumir tais produtos, talvez, como marcas de uma nação desenvolvida. Essa temática leva a um grande questionamento a respeito do quanto há conhecimento e informação a respeito de processos semelhantes vividos previamente em outros espaços. A confiança de que a implantação dos free shops alavancará a economia, por exemplo, desconsidera o histórico das cidades uruguaia vizinhas, que mesmo com a atividade já estabelecida não observam expressivas evoluções em outros aspectos culturais, sociais e, com maior destaque nessa discussão, econômicos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Integração Nacional: Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. 2007. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6047.htm. Acesso em: 11 de abril de 2016.

_____. Ministério da Integração Nacional: Secretaria de Desenvolvimento Regional. 2009a. **Faixa de Fronteira**: Programa de Promoção da faixa de Fronteira - PDFF. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/web/guest/comissao-permanente-para-o-desenvolvimento-e-a-integracao-da-faixa-de-fronteira>>. Acesso em 8 de abril de 2016.

_____. Projeto de Lei nº 6.316, de 2009b. **Dispõe sobre a instalação de Free Shopping nas faixas de fronteira**. Disponível em <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/822304.pdf>>. Acesso em: 10 de julho de 2015.

_____. Ministério da Integração Nacional: Secretaria de Desenvolvimento Regional. 2010. **Bases para uma proposta de desenvolvimento e integração da Faixa de Fronteira**: Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/web/guest/comissao-permanente-para-o-desenvolvimento-e-a-integracao-da-faixa-de-fronteira>>. Acesso em 15 de maio de 2016.

_____. Ministério da Integração Regional. 2011a. Histórico. Disponível em <http://www.mi.gov.br/historico>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2016.

_____. Ministério da Integração Nacional: Desenvolvimento Regional. 2011b. Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/web/guest/comissao-permanente-para-o-desenvolvimento-e-a-integracao-da-faixa-de-fronteira>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2016.

_____. Ministério da Integração Nacional: Secretaria de Desenvolvimento Regional. 2012a. **I Conferência Nacional do Desenvolvimento Regional**: Documento de Referência. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/development-regional/publicacoes>>. Acesso em 11 de abril de 2016.

_____. Lei nº 12.723, de 9 de outubro de 2012. **Dispõe sobre bagagem de passageiro procedente do exterior, disciplina o regime de entreposto aduaneiro, estabelece normas sobre mercadorias estrangeiras apreendidas e dá outras providências, para autorizar a instalação de lojas francas em Municípios da faixa de fronteira**

cuja sedes se caracterizam como cidades gêmeas de cidades estrangeiras e para aplicar penalidade aos responsáveis dos órgãos da administração direta ou indireta que dolosamente realizarem importação ao desamparo de guia de importação.

2012b. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12723.htm>. Acesso em: 13 de julho de 2015.

CARGNIN, Antonio Paulo. **Políticas de Desenvolvimento Regional no Rio Grande do Sul**: vestígios, marcas e repercussões territoriais. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, 2011.

CORONEL, Daniel Arruda; ALVES, Fabiano Dutra; SILVA, Mariangela Amaral. Notas sobre o processo de desenvolvimento da metade sul e norte do estado do Rio Grande do Sul: uma abordagem comparativa. **Perspectiva Econômica**, v. 3, n. 2, p. 27-43, jul-dez, 2007.

DITTRICH, Ivo José. Apresentação, representação e metaforização das fronteiras: reflexões interdisciplinares. In: **Textos&Debates**, Boa Vista, n.22 p. 31-45, jul./dez. 2012.

FILHO, Camilo Pereira Carneiro; SEVILLA, Gabriela Garcia; AVILA, Róberlturriet. Faixa de fronteira do Rio Grande do Sul: economia, infraestrutura e gestão do território. In: **Textos para Discussão FEE**, nº 107, out. 2012. Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2012.

GOLIN, Tau. **A fronteira**: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina. 2ª ed. (Coleção Documentos Brasileiros). Porto Alegre: L&PM, 2002.

HAESBAERT, Rogério C. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MIRANDA, Adrián Rodríguez. La frontera Uruguay-Brasil y el desarrollo local. Nóesis: **Revista de Ciencias Sociales y Humanidades**/Universidad Autónoma de Ciudad Juárez, Instituto de Ciencias Sociales y Administración, v. 19, n. 37, enero-junio, 2010.

PINTO, Andler Kimura; PINTO, Vinicius Lacerda. **O consumidor dos Free Shops**: Estudo de caso do perfil consumidor em Rio Branco/Uruguai. In: ENG 2010 - XVI Encontro Nacional dos Geógrafos: Crise, prais e autonomia: espaços de resistência e de esperan-

ças. Anais..., Porto Alegre, 2010.

PRADO, Henrique Sartori de Almeida. Lojas francas, a fronteira e as perspectivas para as cidades-gêmeas brasileiras. In TELES, Reinaldo Miranda de Sá e PIERI, Vitor Stuart Gabriel. **Turismo e Paradiplomacia das Cidades**. Rio de Janeiro: Cenegri, 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÃO. **Público lota Biblioteca para debater a implantação dos *free shops* nas cidades brasileiras de fronteira**, 01/07/2015. Disponível em <<http://www.jaguarao.rs.gov.br/?p=10738>>. Acesso em: 18 de julho de 2015.

ROCHA, Jefferson Marçal. As raízes do declínio econômico da “Metade Sul” do Rio Grande do Sul uma análise da racionalidade econômica dos agentes produtivos da região. **Primeiras Jornadas de História Regional Comparada**. Porto Alegre, 2000.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SEHN, Pedro Selomar. O atraso da Metade Sul do Rio Grande do Sul em relação à Metade Norte: uma análise dos aspectos históricos e da estrutura fundiária. **Economia e Desenvolvimento**, v. 10, p.1-10, 1999.

SENNETT, Richard. Boundaries and Borders. In: **Living in the Endless City**. Ricky Burdett, Deyan Sudjic (orgs). London: Phaidon Press, 2011. p. 324-331.

_____. **The Open City**. Lecture transcription of the Understanding Society: Centre for Research in the Arts, Social Sciences & Humanities, University of Cambridge, 2013. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=0uyHey4QuUE&feature=youtu.be>>. Acesso em: 28 de novembro de 2014.

TOMAZZONI, Edegar Luis. COSTA, Luciana de Castro neves. **As Cidades-Gêmeas Entre Brasil e Uruguai e a Atuação das Universidades Brasileiras no Desenvolvimento do Turismo Transfronteiriço Regional**. In: IX Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. Anais. São Paulo: APTUR, 2012.

VAINER, Carlos Bernardo. Pátria, empresa e mercadoria – Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In Arantes, O. Vainer, C. Maricato, E. **Acidade do pensamento único / desmanchando consensos**. Petrópoles, Editora Vozes, 2000.

DADOS DA AUTORA

Dianine Censon - doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestra em Sociologia e bacharela em Turismo pela Universidade Federal de Pelotas. Começou a debruçar-se sobre a temática fronteiriça em sua pesquisa de mestrado, buscando compreender as orientações de desenvolvimento do espaço fronteiriço pelo Governo Federal e, a partir disso, continuou trabalhando com o tema a partir de outras análises e perspectivas relacionadas às Políticas Públicas voltadas a este espaço. E-mail: dianinecenson@gmail.com

Explorando fronteiras através das visitas pedagógicas: uma abordagem a partir da educação patrimonial

*Dalila Rosa Hallal;
Everton Kaizer;
Ketrin Cristina Gabriel
e Leopoldine Radtke*

INTRODUÇÃO

Nossa reflexão pauta-se na ideia de fronteira entendida como lugar da alteridade, um território de invenção do outro, onde o indivíduo procura se reconhecer frente à alteridade. Com base nesse percurso teórico, analisamos como tais questões estão presentes e permeiam as “visitas pedagógicas”, uma ação de extensão realizada pelo Curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Federal de Pelotas- UFPel, e as concepções de alunos do Ensino Fundamental sobre essa ação.

Gilberto Velho (1980) aborda como as grandes cidades são reveladoras da complexidade institucional e da heterogeneidade oriunda de diferentes tradições culturais ou religiosas e daquela proveniente do mundo do trabalho. Portanto, mesmo a partilha de patrimônios culturais, não afasta descontinuidades e diferenças emergentes de experiências sociais distintas. São estas distâncias que tornam possível a pesquisa na própria sociedade do observador.

Nas palavras de Velho (1980, p. 16)

A possibilidade de partilharmos patrimônios culturais com os membros de nossa sociedade não nos deve iludir a respeito das inúmeras descontinuidades e diferenças providas de trajetórias, experiências, e vivências específicas. Isto fica particularmente nítido quando fazemos pesquisa em grandes cidades e metrópoles onde a heterogeneidade provinda da divisão social do trabalho, a complexidade institucional e a coexistência de numerosas tradições culturais expressam-se em visões de mundo diferenciadas e até contraditórias. Sob uma perspectiva mais tradicional poder-se-ia mesmo dizer que é exatamente isto que permite ao antropólogo realizar investigações na sua própria cidade. Ou seja, há distâncias culturais nítidas internas no meio urbano em que vivemos, permitindo ao “nativo” fazer pesquisas antropológicas com grupos diferentes do seu, embora possam estar basicamente próximos.

A noção de fronteiras adquire distintos significados no mundo contemporâneo. No sentido genérico, pode ser simbolizada por barreiras e por travessias nos distintos territó-

rios de ocupação humana e de expressão de formas de conhecimento das experiências sociais.

Martins (2012) ressalta que

[...] a fronteira de modo algum se reduz e se resume a fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de cultura e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira de história e da historicidade do homem. E sobretudo, fronteira do humano (MARTINS, 2012, p. 11).

Conforme Bhabha (1988), na sociedade contemporânea, não se sustentaria nenhum tipo de essencialização da cultura, mesmo nos seus aspectos particulares, já que a natureza humana seria híbrida de culturas. Estaríamos envolvidos num contínuo trânsito em que se cruzariam várias culturas, gerando *ambivalências*, *entre-lugares*, *interstícios*, *espaços liminares*, num contínuo vai-e-vem. Bhabha destaca a existência de um espaço limiar, uma fronteira cultural, algo novo que estranha ou que realiza um estranhamento, como uma ponte que desloca, nos levando a transitar por territórios culturais diferentes, realizando uma estranha tessitura de caminhar, “aqui e lá, de todos os lados, [...] para lá e para cá, para a frente e para trás” (BHABHA, 1998, p.19), no território do *inter* (entre-lugares), provocando um distanciamento do familiar, nos invadindo e nos desnorteando, exigindo novas significações.

O Curso de Turismo da UFPel tem desenvolvido diversas ações de extensão que mostram ter relação com a ideia de fronteira. Dentre elas, a proposta da visita pedagógica entendida enquanto um processo constante de ensino e aprendizagem que tem como foco o patrimônio. Assim, o projeto visa fundamentalmente à diversificação, à difusão, à valorização, à preservação do patrimônio, e a (re)apropriação consciente desses patrimônios pela comunidade (UFPEL, 2017).

Este projeto tem como objetivo viabilizar vistas pedagógicas, principalmente no Centro Histórico de Pelotas, com alunos do ensino fundamental de áreas periféricas da cidade, a fim de propor a reflexão sobre a temática Turismo e Patrimônio, através da Educação Patrimonial, abrangendo tanto as questões culturais quanto ambientais e promovendo o exercício da cidadania em suas mais diversas formas.

Propiciando um interessante contexto para a reflexão aqui proposta, o município de Pelotas recentemente recebeu, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o certificado de reconhecimento do Conjunto Histórico de Pelotas e das Tradições Doceiras da Região de Pelotas e Antiga Pelotas (Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo, Turuçu), no Rio Grande do Sul, como Patrimônio Cultural Brasileiro. A partir disso, é importante analisar a apropriação do patrimônio pela comunidade local, pois ali se instaura uma situação de fronteira.

Procuramos analisar as “visitas pedagógicas”, no intuito de compreender como crian-

ças da periferia que vivenciam estas ações de educação patrimonial, percebem, negociam e interpretam o Centro Histórico de Pelotas/RS. Importante observar nesse contexto que não se trata, de modo algum, de uma ideia hegemônica de “cultura erudita”, mas, ao contrário, de ideias de cultura alternativas à cultura dominante, que se manifestam no dia a dia das áreas populares de Pelotas.

Desse modo, nos propomos a discutir as visitas pedagógicas enquanto uma ação de educação patrimonial, na qual se torna possível perceber a fronteira como algo em que se diferencia o “eu” e o “outro”. Trata-se de uma possibilidade de dialogar as diferenças, pois a fronteira permite o contato de sujeitos distintos que cria uma interlocução entre duas identidades diferentes.

A opção por essa abordagem é sustentada pela necessidade simbólica de produzir um “estranhamento”⁸, segundo o qual são percebidos outros sistemas de referência e não os seus próprios. Ou seja, alunos e a equipe do projeto, a partir desse constante exercício durante as visitas, são sensibilizados para compreender outras formas de representar, definir, organizar o patrimônio e a própria concepção de mundo.

Sendo assim, a partir da análise das “visitas pedagógicas”, atividades realizadas com crianças de 8 a 11 anos de idade, estudantes de escolas públicas de ensino fundamental, procuramos refletir sobre as relações de fronteira. Essas escolas localizam-se em áreas periféricas da cidade e os patrimônios desses bairros e dessas crianças possuem pouco reconhecimento oficial, apesar da significativa presença desses na cidade, percebe-se em algumas falas e comportamentos, certa resistência e até mesmo negação da existência desses patrimônios.

Assim, esclareceremos a partir de quais referenciais serão analisadas situações vivenciadas durante as “visitas pedagógicas”, no que diz respeito à fronteira no contexto da educação patrimonial. Para tanto, serão trazidos elementos a fim de que se entendam as visitas pedagógicas numa constante situação de fronteira.

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, cujas informações foram coletadas a partir da observação participante durante as visitas pedagógicas realizadas entre os meses de maio e dezembro de 2017, com crianças da rede pública de ensino de Pelotas (RS). A observação participante foi realizada em contato direto com os alunos nos seus contextos culturais, sendo os próprios investigadores também instrumento de pesquisa.

8 Estranhamento compreendido como qualquer coisa diversa ou diferente daquilo que se tem o hábito de perceber.

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL A PARTIR DAS VISITAS PEDAGÓGICAS: COMO O PATRIMÔNIO SE CONSTRÓI NAS CONCEPÇÕES DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

O conceito de fronteira atualmente em sua abrangência de significados revela um caminho profícuo na análise de diferentes grupos e sociedades. A fronteira amplamente debatida nas diversas áreas das ciências humanas e sociais revela também um campo de estudos interessante para interpretar os processos socioculturais e políticos.

Pensar em fronteira é tratar de limites, demarcações, o que pressupõe o dentro e o fora, o mesmo e o diferente. Tratar de fronteira é discutir a diferença e refletir sobre as formas de lidar com ela. A ideia de fronteira que aqui se discute é de ordem simbólica, delimitam-se no plano cultural e social, estabelecendo os espaços que cada sujeito pode ocupar em relação ao grupo e à cultura. Essas fronteiras determinam, portanto, como os sujeitos podem mover-se no plano cultural e social.

Conforme Pesavento (2002), as dimensões simbólicas dos limites atuam na representação da realidade, na forma como cada indivíduo vivencia a sociedade, o grupo, a cultura:

Sabemos todos que as fronteiras, antes de serem marcos físicos ou naturais, são sobretudo simbólicas. São marcos, sim, mas sobretudo de referência mental que guiam a percepção da realidade. Neste sentido, são produtos dessa capacidade mágica de representar o mundo por um mundo paralelo de sinais por meio do qual os homens percebem e qualificam a si próprios, ao corpo social, ao espaço e ao próprio tempo. Referimo-nos ao imaginário, este sistema de representações coletivas que atribui significado ao real e que pauta os valores e a conduta. Dessa forma, as fronteiras são, sobretudo, culturais, ou seja, são construções de sentido, fazendo parte do jogo social das representações que estabelece classificações, hierarquias, limites, guiando o olhar e a apreciação sobre o mundo (PESAVENTO, 2002, p. 35-6).

Assim é a “alteridade” que permite uma identificação seguida do processo de diferenciação. A identidade seria uma busca de reconhecimento que se faz frente à alteridade, pois é através das relações que se mantêm com o outro o qual se busca a afirmação das diferenças em relação aos outros grupos e a não aceitação de um único modo de ser, é criado com o intuito de distinguir o “eu” e o “outro”.

Para entendermos de que forma a alteridade pode ser identificada na fronteira é importante salientar como a afirmação das diferenças em relação aos outros grupos contribui para a construção de novas identidades. A fronteira pode limitar algo, ou fixar um determinado conteúdo com sentidos específicos; dessa maneira ocorre uma construção simbólica de pertencimento, que constrói um marco de referência que é definido pela diferença e a alteridade na relação com o outro, pois:

As fronteiras se apagam, dissolvem os localismos e ou acirram as questões identitárias. Figurando um “ir” e “vir” não apenas de lugar, mas, também de situação ou época a dimensão de fronteira postulado por Pesavento possibilita - pelo contato e permeabilidade - o surgimento de algo novo, híbrido, diferente, mestiço, um “terceiro”, que se insinua na situação de passagem (BHABHA, 1998, p. 69).

Dessa maneira, a fronteira acaba se tornando a limitação de um espaço que, por possuir conteúdos e sentidos diferentes, contribui para a construção daquilo que é diferente. Isso porque na fronteira ocorre um cruzamento de identidades distintas que em contato são recontextualizadas e reelaboradas, a fim de diferenciar cada vez mais o marco de referência. Com a existência de dois modelos de referência distintas a fronteira acaba se tornando permeável ou flexível, onde uma nova temporalidade acaba dissolvendo os localismos e as questões identitárias surgindo assim o diferente:

A fronteira constitui-se em encerramento de um espaço, limitação de algo, fixação de conteúdos e de sentidos específicos, conceitos que avança para os domínios da construção simbólica de pertencimento denominada identidade e que corresponde a um marco de referência imaginária, definido pela diferença e a alteridade na relação com o outro (HANCIAU, 2005, p. 133).

O projeto de extensão e cultura “Visitas Pedagógicas” está vinculado ao Curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Considerando a concepção do projeto, pode-se definir a extensão universitária, segundo Forproex (1987) como “processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade” (apud Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – FORPROEX, 2012, p.08).

A visita pedagógica pelo Centro Histórico da cidade consiste em um itinerário percorrido a pé no entorno da Praça Coronel Pedro Osório, selecionando aqueles espaços que atendam aos valores culturais, à memória histórica, ao patrimônio cultural e a pluralidade de identidades da cidade, tendo um importante papel no que se refere à identidade e memória de Pelotas. As atividades são realizadas pelos alunos do Curso de Turismo que durante o percurso vão provocando situações de aprendizado sobre o processo cultural e ambiental e, a partir de suas manifestações, despertar no participante o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida pessoal e coletiva.

Essa prática é realizada no Centro Histórico de Pelotas, visto que este tem um importante papel no que se refere à identidade e memória de um povo, pois, ali é o núcleo formador e multiplicador das vivências, valores, costumes e patrimônio. A opulência da cidade no século XIX pode ser vista nos casarões no entorno da Praça Coronel Pedro Osório. Desse modo, o que se propõe é o roteiro a pé como uma ação de educação patrimonial a partir da problematização deste espaço. Através desta ação, nos propomos

a orientar o uso do objeto cultural para reconstruir os significados dos bens patrimoniais junto às suas comunidades.

Ao problematizar as características dos processos educativos, Brandão (1981) nos lembra que eles tomam muitas formas e formalizações. Cada sujeito recebe, cotidianamente, informações oriundas de diferentes fontes de informação e formação, o que permite que se apropriem dos saberes e dos valores culturais da sua comunidade.

Nesse sentido pensamos a Educação patrimonial como troca de saberes, uma educação transformadora, que parte de alguns princípios: a) necessita do reconhecimento de seu contexto imediato, de sua localidade, indo além do patrimônio oficial, e assim, de uma concepção tradicional de identidade nacional; b) é libertadora, ao permitir a co-existência, conflituosa ou não, de uma diversidade de manifestações e edificações, superando aquilo que tradicionalmente se convencionou a denominar de patrimônio; c) tem como foco a apropriação e interpretação, geralmente conflituosa, favorecendo a diversidade de possibilidade de entendimento acerca do patrimônio; d) vê o local como espaço do plural, do móvel, onde o indivíduo “[...] mantém, em seu cotidiano, estreitas e complexas relações sociais e culturais” com outras localidades, além de possuir peculiaridades (MORAES, 2005, p.01); e) valoriza as narrativas capazes de articular tensões entre o universal e o singular, o local (CHAGAS, 2006, p.01).

A metodologia utilizada foi a observação participante por possibilitar uma “imersão” do pesquisador no campo e um maior contato dos pesquisadores com os sujeitos protagonistas das relações sociais que se constituem em objeto de estudo. O emprego da observação participante demandou um investimento teórico prévio antes de se ir a campo.

Conforme Fernandes (2011, p.264)

Trata-se de uma técnica de levantamento de informações que pressupõe convívio, compartilhamento de uma base comum de comunicação e intercâmbio de experiências com o(s) outro(s) primordialmente através dos sentidos humanos: olhar, falar, sentir, vivenciar [...] entre o pesquisador, os sujeitos observados e o contexto dinâmico de relações no qual os sujeitos vivem e que é por todos construído e reconstruído a cada momento. Efetivamente, implica em estar e observar aonde a ação acontece. E mais: não apenas estar e observar onde a ação acontece, mas ser partícipe da mesma, visando um objetivo de pesquisa.

Inicialmente as visitas se desenvolviam utilizando-se de narrativas oficiais que eram utilizadas para todos os públicos atendidos. Durante a realização da atividade, percebeu-se que, algumas vezes, não se alcançava o resultado esperado na tarefa de sensibilizar e experienciar o patrimônio. Pensando nisso, questionou-se a necessidade de adaptações com objetivo de aprimorar a experiência dos participantes durante o roteiro, pois na relação que se estabeleceu entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa, desenvolveu-se uma ação reflexiva.

Com base em discussões teóricas, surgiram na equipe diversas ideias para as ações

educativas. Elas foram debatidas coletivamente e, assim, qualificadas pelo emprego de conceitos de apropriação e significação do patrimônio. Em seguida, passou-se ao planejamento e à estruturação dessas atividades com base na premissa freiriana da “leitura de mundo”, ou seja, possibilitar situações nas quais o objeto fosse problematizado para que, a partir dessa reflexão, o educando produzisse uma nova síntese da experiência vivida. Como resultado dessa metodologia, os bolsistas envolvidos foram orientados na elaboração das ações educativas com vistas a possibilitar que todos os envolvidos no projeto manifestassem sua posição sobre o trabalho desenvolvido e entendessem que ele se tornava não apenas agente do seu ato formativo que se estruturava, mas também do ato educativo que o qualificava para trabalhar com o patrimônio:

Na constituição dessa necessária disciplina não há lugar para a identificação do ato de estudar, de aprender, de conhecer, de ensinar, com um puro entretenimento, uma espécie de brinquedo com regras frouxas ou sem elas, nem tampouco com um que-fazer insosso, desgostoso, enfadonho. O ato de estudar, de ensinar, de aprender, de conhecer é difícil, sobretudo exigente, mas prazeroso, [...] como sempre nos adverte Georges Snyders. É preciso, pois, que os educandos descubram e sintam a alegria nele embutida, que dele faz parte e que está sempre disposta a tomar todos quantos a ele se entreguem (FREIRE, 1992, p.83.).

Após ampla discussão, entendeu-se que era necessário partir da concepção transformadora de educação patrimonial, admitindo-se a retomada de espaços arquitetônicos, sociais e de memórias, a partir de uma diversidade de possibilidades e de relações com outros elementos, atentando-se para as tensões das vivências e das seleções. Além disso, verificou-se a necessidade de identificar outros espaços e manifestações que dessem conta das contradições e possibilidades que permeiam o mundo contemporâneo. Assim, pensamos em uma formação de pessoas capazes de (re)conhecer sua própria história cultural, deixando de ser expectador, como na proposta tradicional, para tornarem-se sujeitos, valorizando a busca de novos saberes e conhecimentos, provocando conflitos de versões (MORAES, 2005, p.01-03).

A partir dessas concepções, as narrativas foram alteradas na sua linguagem, tornando-se menos formal e mais interativa a fim de despertar a curiosidade sobre patrimônio. Dessa forma, foram pensadas alternativas para promover maior interação das crianças com os locais visitados através de atividades lúdicas que estimulam o desejo de aprender.

Tendo como pressuposto o fato da existência de diversos saberes sobre o Centro Histórico de Pelotas, estimulamos nas visitas pedagógicas as narrativas dos participantes, parte-se do princípio que todos os envolvidos devem ser entendidos como sujeitos históricos, deixando o papel de espectador e atuando na seleção e interpretação do patrimônio histórico e cultural de sua comunidade. Desse modo, inicia-se questionando se os alunos conhecem e reconhecem o patrimônio histórico cultural previamente selecionado, evitando

com isso uma imposição de memórias, percepções ou consciência, levando em consideração a existência de conflitos e contradições. Faz-se necessário trabalhar com uma perspectiva que possibilite a identificação e o entendimento das contradições de percepções, valorizando a busca de novos saberes e conhecimentos, provocando durante o percurso a pé, conflitos de versões no intuito de evitar o controle de um determinado grupo sobre o patrimônio, e, assim, sobre os processos de ocultamento de memórias e na imposição de uma dada versão da história (SILVA, 1995).

Apesar de considerarmos que não existe um patrimônio ou uma percepção, que há contradições e possibilidades vinculadas a grupos sociais, geralmente o discurso oficial sobre o patrimônio está vinculado a determinados grupos e pressupõe uma identidade única, pautada na homogeneidade, que tende a desconsiderar a diversidade de memórias/identidades em um processo de controle e manipulação da memória (SILVA, 1995).

Silva (2009) ressalta que a afirmação da identidade e da diferença implicam, sempre, operações de incluir e excluir:

[...] A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre “nós” e “eles”. Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder. [...]

Alguns autores ressaltam que apesar da diferença ser construída negativamente, por meio da exclusão, ou da marginalização daquelas pessoas que são constituídas como os “outros”, ela pode ser celebrada como fonte da diversidade, heterogeneidade e hibridismo:

[...] A diferença pode ser construída negativamente - por meio da exclusão ou da marginalização daquelas pessoas que são definidas como “outros”, ou forasteiros. Por outro lado, ela pode ser celebrada como fonte de diversidade, heterogeneidade e hibridismo, sendo vista como fonte enriquecedora [...] (WOODWARD, 2009, p. 50).

Para Woodward (2009, p. 39-40): “[...] A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença”. A concepção de educação patrimonial aqui adotada é entendida como instrumento de garantia do direito à memória e à cidadania, podendo provocar reações positivas ou gerar conflitos.

Bhabha (1998) tece algumas considerações acerca da noção de fronteira. Para ele, a fronteira atua como o espaço para articulações ambivalentes:

A significação mais ampla da condição pós-moderna reside na consciência de que os ‘limites’ epistemológicos daquelas ideias etnocêntricas são também as fronteiras enunciativas de uma gama de outras vozes e histórias dissonantes, até dissidentes – mulheres, colonizados, grupos minoritários [...]. É nesse sentido que a fronteira se torna o lugar a partir

do qual algo começa a se fazer presente em um movimento não dissimilar ao da articulação ambulante, ambivalente, do além que venho trazendo: 'Sempre, e sempre de modo diferente, a ponte acompanha os caminhos morosos ou apressados dos homens para lá e para cá, de modo que eles possam alcançar outras margens... A ponte reúne enquanto passagem que atravessa' (BHABHA, 1998, p. 23-4).

Para além de um espaço de trocas, assim como supracitado, as vozes e histórias dissonantes, entendidas neste estudo como sendo as de crianças da periferia, aparecem como constituintes da identidade local em oposição à homogeneidade proposta nos discursos e representações oficiais.

As visitas promovem encontros entre culturas, confluências de tempos e discursos. Há um esforço, através de diversas atividades lúdicas, durante a realização das vistas, no sentido de estimular a percepção de todos os envolvidos de que a estética patrimonial local é produzida no dia a dia também dos bairros populares de Pelotas e que a noção de patrimônio ganha novas cores e matizes sob essa perspectiva, percebendo como é diversa a compreensão de "patrimônio".

Entender as ações de extensão e, mais precisamente, a educação patrimonial como uma ferramenta contínua para o exercício do pertencimento e da identidade fez com que também a equipe do projeto tenha que se colocar no lugar do outro - neste caso no das crianças, em seu contexto, sua realidade - para entender que a narrativa oficial apresentada não fazia parte da realidade delas, fazendo com que aquele discurso não tivesse sentido. Muitas crianças sequer conheciam o centro histórico de Pelotas. De alguma forma, essa experiência de nos colocar no lugar do outro também nos despertou um (re)olhar sobre o que era contado e os locais visitados, nos fazendo perceber aspectos que nos eram despercebidos enquanto mediadores da ação, pois as crianças possuem uma forma diferente de perceber e enxergar o mundo ao redor. Nota-se o quanto a cidade como um todo costuma estar despreparada para atender a criança, por diversas vezes tornando-se hostil.

Uma vez que entendemos que as fronteiras que as separam, e que também as aproxima, fez-se necessário incorporar outras narrativas durante as visitas pedagógicas para que essa ação de educação patrimonial possa envolver a comunidade como um todo, produzindo novos conhecimentos, possibilitando um enriquecimento individual, coletivo e institucional; possibilitando aos alunos uma leitura e compreensão do universo sociocultural no qual está inserido; levando-os a apropriar-se e usufruir do patrimônio; enfim ser um instrumento de afirmação da cidadania. (SOCIEDADE DE PRESERVAÇÃO MEMÓRIA VIVA, 2010).

O Centro Histórico de Pelotas ainda apresenta como agentes históricos os personagens da chamada história oficial, com o popular aparecendo apenas como expectador da ação, e não como sujeito. Esse espaço durante muito tempo representou o patrimônio da elite da cidade e auxiliou na construção de certa concepção de Pelotas. Não se trata de

distinguir os patrimônios das elites e as camadas populares de Pelotas, mas, sim, valorizar os aspectos dinâmicos e relacionais entre eles – a diversidade cultural.

Rieth, Neto e Alfonso (2018) destacam que a narrativa oficial de Pelotas ressalta a história de grandes famílias charqueadoras, seus modos de vida.

Trata-se de uma história marcada pela presença de grandes homens e a riqueza do Charque, que valoriza como temporalidades a época das charqueadas que se atualiza no presente, por intermédio do tombamento dos casarões do centro histórico da cidade, que privilegia uma determinada história, classe social, gênero e etnia (Alfonso, Rieth 2016 apud Rieth, Neto e Alfonso 2018, p. 4).

Durante as visitas, diversos saberes vão se entrelaçando, vamos percebendo que não há unidade ou síntese de memória quando tratamos de questões vinculadas ao patrimônio e à educação patrimonial, mas sim contradições, marcadas por uma luta política que leva a ocultação ou visibilidade de fatos e versões. Não há uma universalização da memória, mas sim uma disputa pela sua função social, que se dá no presente, pelos grupos sociais e suas instituições (GUARINELLO, 1994, p.187-190).

Essas diversas memórias faz com que os alunos realizem leituras a partir da apropriação de lugares e das relações sociais, atribuindo valores e significados. É a partir do cotidiano que os indivíduos tecem relações e dão sentido à sua existência coletiva, sendo o patrimônio cultural entendido como aquilo que é compartilhado por experiências comuns, significados pelo cotidiano e pela vivência (ALMEIDA, 2006).

Partimos do princípio de que a memória está vinculada a identidades em conflito, o que resulta também no conflito acerca da construção e reflexão sobre a memória, sendo necessário a incorporação de práticas populares e reconhecimento do direito à memória e à história, para que assim evitemos o perigo da institucionalização, do espetáculo e da unificação de olhares. Quando há uma imposição do significado e do valor do patrimônio e da memória, têm-se como resultado a inviabilização do conflito e do contraditório, levando a uma representação seletiva do passado, desconsiderando-se o fato de que o pertencimento se dá a partir da apropriação e expropriação dos espaços e lugares, que é coletivo e relacional (PEREIRA, 2002, p.125).

As visitas pedagógicas permitem uma compreensão do patrimônio, o despertar de um conhecimento crítico e apropriação consciente, levando em consideração a diversidade; a apropriação e valorização de sua herança cultural, favorecendo a reflexão acerca de sua identidade cultural, se reconhecendo nela de forma consciente. Neste sentido, a educação patrimonial:

[...] torna-se um poderoso instrumento no processo de reencontro do indivíduo consigo mesmo, resgatando uma auto-estima através da revalorização e reconquista de sua própria cultura e identidade, do perceber seu entorno e a si mesmo em seu contexto cultural como um todo, transformando-se em principal agente de transformação (QUEIROZ, 2006, p. 02).

Dessa forma, as visitas pedagógicas podem ser pensadas num momento em que estabelecemos a fronteira, criamos um processo de identificação/diferenciação, onde um sujeito ou grupo pode ser um construtor de relações identitárias a depender dos sujeitos aos quais eles estabelecem as relações. Nessa perspectiva, pensar a alteridade na fronteira é definir o modo como olhamos o outro, assim:

Determinadas identidades ou, caso se preferir facetas de uma identidade, manifestam-se em função das condições espaço temporais em que o grupo está inserido. Finalmente, a(s) identidade(s) implica(m) uma busca de reconhecimento que se faz frente à alteridade, pois é no encontro ou no embate com o outro que buscamos nossa afirmação pelo reconhecimento daquilo que nos distingue e que, por isto, ao mesmo tempo, pode promover tanto o dialogo quanto o conflito com o outro (HAESBAERT, 1999, p. 175).

Assim, a visita pedagógica cria um ambiente de fronteira, que é marcado por relações complexas, ou seja, culturas e identidades diferentes que criam condições para produção e reprodução de relações que levam a afirmação da diferença, pois na fronteira existe a convivência entre narrativas e memórias distintas que afloram o sentimento de diferença.

Para Gonçalves (2011, s/p),

Na fronteira a percepção da diferença é de fundamental importância para a afirmação de um grupo cultural, pois é ela que produz uma variedade de diferentes posições de sujeitos, ou seja, a identidade para os indivíduos. Assim, a alteridade se torna um paradigma da fronteira pelo fato de que a partir da mesma é que a identidade dos sujeitos que habitam as zonas fronteiriças é formada, pois são as diferenças, a forma como se enxerga o outro é quem vai influenciar a construção da identidade na fronteira. Finalmente, a fronteira pode naturalmente ser interpretada tanto como um referencial identitário, como um lugar onde a diferença, o outro não pode ser deixado do lado de fora, pois é a partir das relações que se estabelecem entre os sujeitos diferentes é que a identidade é construída e a alteridade se faz presente.

As diversas memórias acabam por conferir significados diversos ao Centro Histórico, de modo que falar em patrimônio é também conceber a materialidade que nos cerca dotada de sentido. Cada local tem suas memórias e lugares que constituem seu patrimônio cultural, ou seja, são lembranças importantes para os alunos, tornando-se parte integrante de sua trajetória.

Nas visitas o grupo vai sendo constantemente reinventado, buscando e encontrando novos meios de expressão, novas linguagens, valores, ideias, em relação a este espaço. Pois como nos diz Cesar (2018, p. 4):

No deslocamento por várias teias, os saberes são alterados e reconstruídos incessantemente nos contatos ao qual somos expostos. Se atravessamos as fronteiras, elas também nos atravessam. Eis nossa irremediável condição: o eu é sempre outros através e com outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto procuramos analisar ações de educação patrimonial realizadas pelo Curso de Turismo da Universidade Federal de Pelotas – UFPel, no intuito de compreender como crianças da periferia que vivenciam estas ações de educação patrimonial, percebem, negociam e interpretam o Centro Histórico de Pelotas/RS.

Analizamos as “visitas pedagógicas” a luz da discussão sobre fronteira, uma vez que esses alunos vivem em áreas periféricas da cidade e a ação se configura por uma visita ao patrimônio oficial da cidade, ou seja, o Centro Histórico, fato que traz a tona diferenças culturais presentes no centro e periferia, o que se configura, em nosso entendimento, numa situação de fronteira.

Para além de um espaço de trocas, assim como supracitado, as vozes e histórias dissonantes, entendidas nesse estudo como sendo as de crianças da periferia, aparecem como constituintes da identidade local em oposição à homogeneidade proposta nos discursos e representações oficiais.

A fronteira, neste caso, é entendida como lugar da alteridade, um território de invenção do outro, onde os alunos e a equipe procuram se reconhecer frente à alteridade. Percebemos que as vistas pedagógicas estabelecem uma situação constante de fronteira na qual as relações entre o “eu” e o “outro” são pautadas pela marcação das diferenças - a fronteira cultural -, pois essas crianças vem de culturas diferentes. A questão central é como negociam essas diferenças.

Durante as vistas pedagógicas, há um abandono da conceituação elitista de patrimônio, que o identifica com a visão hegemônica de grupos dominadores do passado, em favor de uma visão plural, que dê conta da diversidade sociocultural existente. Nesta perspectiva, patrimônio não é mais visto como excepcionalidade da erudição; passou a ser visto como o registro do comum, como memória da expressão cultural do homem comum e de sua vida cotidiana.

Considerar as crianças sujeitos históricos e de direitos, atores sociais, produtores de cultura é resultado de uma construção social. As visitas pedagógicas pensadas como práticas sociais e culturais, produzem os jogos de identidades e de alteridades da equipe e dos alunos, criando espaços de diálogos. Ao inserir outras narrativas, outras memórias, percebe-se as fronteiras que as separam, e que também as aproximam.

As diferenças, assim estabelecidas, constroem identidades sob a forma de oposições. Ficou evidente que a identidade dos alunos, em sua maioria da periferia da cidade, define-se em relação à diferença com o centro, configurando-se enquanto um processo de produção social permeado por relações de poder. A hierarquia estabelecida a partir das diferenças confere aos alunos uma posição inferior na sociedade e que se materializa nas mais diversas formas de exclusão social, conforme relatado pelos próprios alunos.

Assim, a fronteira instala-se num terreno de ambivalências sendo um lugar próprio

para o diálogo das diferenças. Importante retomar Martins (1997, p.150-151) quando ressalta que:

Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos.

Conforme pudemos verificar, as concepções expressas sobre o Centro Histórico, elaborados pelos alunos, remetem justamente a esse entendimento em relação às diferenças entre “eles” e os “outros”. A construção do patrimônio, expressa nas concepções dos alunos, mostra que a afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo de diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. Verificamos, neste caso, a marcação da diferença tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social.

As vistas pedagógicas possibilita-nos perceber a fronteira como algo em que se diferencia o “eu” e o “outro”. Trata-se de uma possibilidade de dialogar as diferenças, pois a fronteira permite o contato de sujeitos distintos que cria uma interlocução entre duas identidades diferentes. Assim, é importante destacar que apesar da diferença ser construída negativamente, por meio da exclusão ou da marginalização daquelas pessoas identificadas como os “outros”, como dos alunos, ela também pode ser celebrada como fonte da diversidade, heterogeneidade e hibridismo.

No contexto estudado, a fronteira pode ser compreendida tanto como o lugar da explicitação de múltiplas diferenças obscurecidas pelas sociedades pensadas como homogêneas, como um espaço de intensos fluxos sociais, hibridismos culturais e configurações de poderes oblíquos (BHABHA, 2003; HALL, 2000).

Neste sentido, a concepção de educação patrimonial aqui adotada entende o patrimônio e a memória como elementos fundamentais para a identificação do indivíduo com seu meio, o que motiva a ação cidadã, entendendo-a como possibilidade e condição de intervir em sua realidade. Só haverá envolvimento e comprometimento com o patrimônio quando houver identificação com ele.

As fronteiras a serem transpostas durante as visitas pedagógicas são àquelas relativas aos aspectos culturais. É preciso explorar novas abordagens e novas formas de ver, imaginar e perceber a importância das culturas e sua diversidade na composição daquilo que conhecemos como patrimônio. As “fronteiras culturais” são possibilidades a serem exploradas na direção de novas formas de perceber as trocas culturais e sua rica diversidade (PESAVENTO, 2002).

As visitas pedagógicas configuram-se como um espaço fronteiro, produtor de identidades, alteridades e estranhamento, diferenças, hibridismos, conflito e integração - uma ação que se propõe a abrir para acolher a diferença, que trabalha com outras subjetivida-

des, que ensaia a reinvenção de outros modos de convivência. Como afirma Pesavento (2002, p.36) “a fronteira cultural é trânsito e passagem, que ultrapassa os próprios limites que fixa, ela proporciona o surgimento de algo novo e diferente, possibilitado pela situação exemplar do contato, da mistura, da troca, do hibridismo, da mestiçagem cultural e étnica”.

Acreditamos ainda que as visitas pedagógicas são uma forma de dar visibilidade às fronteiras com possibilidades do fazer educação patrimonial, é uma das maneiras pelas quais, nós, juntos com os sujeitos de nossa relação educativa, podemos recuperar as nossas condições de “aprendentes”, revestidos do prazer do conhecimento, na aventura do conhecer.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Chiarotti de. História, Memória e Cotidiano: os Sentidos dos Espaços da Cidade. **Anais – Cidade Revelada: Encontro sobre Patrimônio Cultural**. Itajaí: Maria do Cais, 2006.

BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1988.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CESAR, Marisa Flórida. **Fronteiras Móveis**. Disponível em <<https://galeriavermelho.com.br/sites/default/files/artistas/textos/Fronteiras%20M%C3%B3veis.Marisa%20Fl%C3%B3rida%20C%C3%A9sar.pdf>> Acesso em 27 de dezembro de 2018

CHAGAS, Mário. Educação, Museu e Patrimônio: Tensão, Devoração e Adjetivação. Patrimônio: **Revista Eletrônica do IPHAN**. Dossiê: Educação Patrimonial. No. 03, jan/fev 2006. Disponível em www.revista.iphan.gov.br.

FERNANDES, F. M. B. Considerações Metodológicas sobre a Técnica da Observação Participante. In MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. **Caminhos para análise das políticas de saúde**. 2011. p. 262-274. Disponível em www.ims.uerj.br/ccaps. Acesso 08.11.2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS - FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Rede Nacional

de Extensão, 2012. Disponível em <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>> Acesso em: 27 de setembro de 2018.

GONÇALVES, Karoline Batista. A Fronteira e seus Paradigmas: Identidade e Alteridade. **Revista: Contribuciones a las Ciencias Sociales**. noviembre 2011. Disponível em: www.eumed.net/rev/cccss/15/

GUARINELLO, Norberto Luiz. Memória Coletiva e História Científica. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, col. 14, no. 28, 1994.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. IN: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HANCIAU, Núbia J. Entre-Lugar. IN: FIGUEIREDO, Eurídice (Org.). **Conceito de Literatura e Cultura**. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: A degradação do outro nos confins humano**. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MORAES, C.C.P. et. all. O Ensino de História e a Educação Patrimonial: Uma Experiência de Estágio Supervisionado. **Revista da UFG**. vol. 07, no. 02, dez. 2005. Disponível em www.proec.ufg.br.

PEREIRA, Dóia Freire e Ligia Leite. História Oral, Memória e Turismo Cultural. In: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celia (Org.). **Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: UFMG / Território Brasilis, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das Fronteiras. IN: Martins, Maria Helena (Org.) **Fronteiras Culturais. Brasil-Uruguai-Argentina**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

QUEIROZ, Moema Nascimento. A Educação Patrimonial como Instrumento de Cidadania. **Revista Museu**. Disponível em www.revistamuseu.com.br/artigos Acesso em 21 de Agosto de 2006.

RIETH, Flavia. NETO, Francisco Pereira. ALFONSO, Louise. Pelotas-RS pelas suas margens: a patrimonialização como expressão das múltiplas formas de habitar a cidade. **Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia**. 09 a 12 de dezembro de 2018. Brasília/DF. Disponível em https://www.31rba.abant.org.br/simposio/view?ID_SIMPOSIO=92 Acesso 16.01.2019.

SILVA, Marcos A. **História: o prazer em ensino e pesquisa**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu. A Produção Social da Identidade e da Diferença. In: SILVA, Tomaz T. da (Org.). **Identidade e Diferença: a Perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2019, p. 73-102.

SOCIEDADE DE PRESERVAÇÃO MEMÓRIA VIVA. Disponível em www.memoriaviva.org.br. Acessado em 21 de Agosto de 2010.

SOUZA, Mariana Jantsch de Souza. Fronteiras Simbólicas - Espaço de Hibridismo Cultural, uma leitura de dois irmãos, de Milton Hatoum. **Letrônica**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 475-489, jan./jun., 2014. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/viewFile/16655/11674> Acesso em 02.09.2018.

VELHO, Gilberto. “Observando o familiar”. In, Edson de Oliveira Nunes (Org). **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – UFPel (2017). Projeto Visitas Pedagógicas. Acesso em: 08 de outubro de 2017.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz T. da (Org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 07-72.

Dados dos autores:

Dalila Rosa Hallal - Doutora em História. Professora do Curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Federal de Pelotas. Coordenadora do Projeto de extensão “Visitas Pedagógicas”. E-mail: dalilahallal@gmail.com

Éverton Felipe Kaizer - Discente do Curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Federal de Pelotas, participante do Projeto de extensão “Visitas Pedagógicas”.
E-mail: efkaizer@hotmail.com

Ketrin Cristina Gabriel - Discente do Curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Federal de Pelotas, participante do Projeto de extensão “Visitas Pedagógicas”.
E-mail: ketringabriel@gmail.com

Leopoldine Radtke - Discente do Curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Federal de Pelotas, participante do Projeto de extensão “Visitas Pedagógicas”.
E-mail: leopoldineradtke@hotmail.com

Leitura da paisagem cultural urbana na fronteira Brasil-Uruguai: ação extensionista nas cidades gêmeas Chuí-Chuy

*Sylvio Arnaldo Dick Jantzen;
Ana Lúcia Costa de Oliveira
e Aline Montagna da Silveira*

INTRODUÇÃO

O presente capítulo propõe uma reflexão sobre uma ação extensionista desenvolvida no programa “Preservação do Patrimônio Cultural Edificado na Fronteira Brasil – Uruguai”. A ação foi desenvolvida junto à comunidade das cidades gêmeas de Chuí-Chuy. Esse programa foi proposto e assumido pelo Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira (NEAB) e pelo Laboratório de Urbanismo (LabUrb), ambos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel (FAUrb-UFPel).

O programa foi contemplado com recursos do edital ProExt 2016, com o intuito de desenvolver ações extensionistas em duas cidades de fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai, especificamente, em cidades gêmeas: Chuí (BRA) e Chuy (URU); Jaguarão (BRA) e Rio Branco (URU) (Figura 1). O programa no seu todo foi realizado no período de janeiro de 2016 a dezembro de 2017.

Figura 1 - Localização das cidades participantes



Fonte: Autoria da equipe do projeto.

A ação selecionada para este capítulo foi uma oficina, realizada no Chuí, promovida pela equipe do NEAB com auxílio de agentes administrativos da Prefeitura e de professores de uma Escola Estadual. Participaram especialmente, técnicos da Prefeitura, professores, vereadores e pessoas da comunidade. O principal objetivo da ação era concentrar a aten-

ção daqueles representantes da população local em certas propriedades significativas de seus ambientes urbanos, que poderiam não estar sendo plenamente percebidos na vida cotidiana dessas pessoas.

A proposta buscou instigar a comunidade local a reconhecer e a valorizar o patrimônio cultural edificado em potencial, presente nessas cidades. A oficina com a população local teve uma apresentação preliminar sobre o projeto e os referenciais teóricos (adaptados à linguagem da comunidade), mais a realização de um percurso pela cidade e, no retorno, uma reunião para discussão e ressignificação dos materiais visuais obtidos no percurso. A área em que foi determinado o percurso foi estudada pela equipe do LabUrb, através de seu software “Urban Metrics”. O principal referencial teórico utilizado foi a abordagem de Gordon Cullen (1974), dos autores deste texto Jantzen; Oliveira (1996), de Maria Elaine Kohlsdorf (1996), complementada por Richard Wohlheim (2002), como se verá adiante.

Os registros dos participantes, na oficina, mostraram diferentes olhares sobre a cidade e seu patrimônio. A etapa de ressignificação destacou aspectos de valorização de abordagens históricas, culturais e ambientais, que mereceram destaque pelos participantes da atividade. Evidenciou-se o entendimento das recentes ampliações do conceito de patrimônio cultural, que contemplam bens de natureza material e imaterial.

ANTECEDENTES

O Programa ProExt 2016 não foi uma absoluta novidade para o NEAB. Seria correto afirmar que chegamos ao programa graças à nossa trajetória, como Núcleo e equipe⁹.

Ministradas por professores do NEAB, desde 1992, as disciplinas do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo dedicavam-se às temáticas de patrimônio, na matéria “Técnicas Retrospectivas”, obrigatória pela legislação do MEC. Além disso, o NEAB assumiu a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Artigo 207 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988), desde 1992. A partir daquele ano, a disciplina de “Técnicas Retrospectivas” saiu do ateliê e passou a realizar, na escala urbanística, levantamentos de campo em Pelotas.

Em 1998, o NEAB estendeu aquelas atividades extensionistas na escala urbana para outras cidades do Distrito Geoeducacional da UFPel (DG-UFPel)¹⁰. De 2003 a 2007, realizou uma pesquisa analisando os resultados (levantamentos e propostas de diretrizes de preservação) de ações extensionistas em onze cidades da região (JANTZEN; OLIVEIRA,

9 A experiência do NEAB em inventários e propostas de diretrizes de preservação resultou, em 1992, no Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão (OLIVEIRA; SEIBT, 2005), que subsidiou o recente Dossiê de Tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

10 As cidades do DG-UFPel que receberam ações extensionistas do NEAB foram Arroio Grande, Candiota, Canguçu, Cerrito, Herval, Jaguarão, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, São José do Norte e São Lourenço do Sul.

2007; JANTZEN *et al.*, 2010). Registraram-se características de percursos urbanos, seus edifícios notáveis e foram elaboradas propostas de diretrizes de preservação, que muito contribuíram, através de assessorias às prefeituras, naquela década, com alterações em planos diretores e atividades dos técnicos das respectivas secretarias de cultura das cidades do DG-UFPel.

Em Pelotas, especificamente, uma maioria de egressos da FAUrb-UFPel pertencia aos quadros profissionais da Secretaria Municipal de Cultura (SECULT-Pelotas), a partir daquela década. As consequências dos projetos de extensões do NEAB repercutiram em atividades de implementação de diretrizes de preservação para o Centro Histórico de Pelotas, Piratini, São José do Norte e São Lourenço do Sul e suas respectivas fiscalizações, que perduram até os dias atuais.

Já que nossa equipe vinha trabalhando com a percepção e leitura do espaço urbano das cidades do DG-UFPel, o ProExt representou uma atividade de extensão mais avançada, para o NEAB, embora estreitamente vinculada e que deu continuidade às atividades precedentes do Núcleo.

O Programa ProExt 2016 foi formado por dois projetos, que priorizaram os seguintes tópicos: a) identificação de lugares estruturantes do ambiente urbano, auxiliado por ferramentas de geoprocessamento em meio digital; b) identificação, descrição, análise tipológica de edificações e valoração de aspectos da paisagem urbana para a preservação patrimonial de edifícios e lugares significativos, nas cidades do programa.

Em um primeiro momento, os projetos foram interligados. O primeiro projeto, realizado pelo LabUrb, orientou a escolha das áreas mais importantes para serem tratadas pelo segundo projeto, que foi aplicado pela equipe do NEAB.

Após a compatibilização das informações produzidas pelo LabUrb, com um percurso redefinido, o projeto coordenado pelo NEAB dedicou-se a elementos da paisagem urbana que pudessem ser qualificados como patrimônio cultural edificado das cidades gêmeas. Isso pressupõe o registro de sua valorização, por parte da comunidade, bem como sua representatividade para a população. Consequentemente, o projeto priorizou a identificação, o reconhecimento e a valoração de ambiências, percursos, espaços e edificações, por parte das comunidades locais. Esse foi o principal resultado esperado pela equipe.

REFERENCIAIS TEÓRICOS

Na década de 1990, quando o NEAB começou suas atividades extensionistas na área do urbanismo, nossa principal referência foi o trabalho de Gordon Cullen (1914–1994), cujo livro *Townscape* (1961), foi traduzido como *Paisagem Urbana* e publicado em português, no Brasil, somente em 1988. Essa obra ficou mais conhecida, especialmente no Sul do Brasil, em sua versão em espanhol, *El Paisaje Urbano*, publicada em 1974. Pode-se dizer que, no

Rio Grande do Sul, Cullen (1974) contribuiu com a formação em urbanismo de toda uma geração de arquitetos urbanistas.

O livro de Cullen (1974) desvelou aspectos da cidade, que entraram na cultura arquitetônica e urbanística e no repertório daqueles profissionais que se aproximaram da área de patrimônio histórico e cultural edificado.

No Rio Grande do Sul, cabe à UFPel e ao NEAB o crédito de ter adaptado as técnicas de leitura da paisagem urbana, tendo o Centro Histórico de Pelotas como objeto de estudo, bem como ter elaborado e publicado um dos primeiros livros que fizeram referência a Cullen (1974) e à realidade das cidades rio-grandenses do Sul do Estado, em 1996. O livro *Renovação Urbana e Reciclagem*, de Jantzen; Oliveira (1996) dedica uma parte da obra à percepção e à leitura visual da cidade, pautada por Cullen (1974). No mesmo ano de 1996, outra arquiteta urbanista, Maria Elaine Kohlsdorf, natural de Rio Grande e egressa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre), professora na Universidade de Brasília, publicou *A apreensão da forma da cidade*, que também destaca a abordagem de Cullen (1974), aplicada, no entanto, à leitura urbana de Brasília e de cidades daquele entorno. O trabalho de Kohlsdorf (1996), também pioneiro, complementou os referenciais teóricos do NEAB, naquela década.

Na abordagem de Cullen (1974), especificamente, há várias noções e princípios combinados entre si. Mas para os arquitetos urbanistas, especialmente os dedicados ao estudo do patrimônio cultural edificado, a ideia de *visão serial*, a apreensão óptica, a concepção de lugar e o conteúdo das configurações de espaços e edificações, tornaram-se indispensáveis para o estudo de áreas em que é necessário afirmar valores da forma da cidade. Por sua vez, esses valores reforçariam o sentimento de orientabilidade, pertencimento ao lugar e identidade de comunidades que vivem em cidades com patrimônio edificado já consagrado, ou com potencial de reconhecimento oficial e de receber investimentos em sua valorização e visibilidade.

Além da abordagem de Gordon Cullen e de Maria Elaine Kohlsdorf, já mencionados, nosso livro, de 1996, foi elaborado a partir da prática em áreas históricas de Pelotas. Na sequência das atividades do NEAB, o conteúdo do livro foi aplicado em quatorze cidades do DG-UFPel, conforme mencionado anteriormente, através de projetos de extensão, que visavam a leitura, a análise da paisagem urbana com patrimônio edificado e, principalmente, a elaboração de respectivas diretrizes de preservação.

Para a elaboração de diretrizes de preservação para essas cidades, a questão principal, bem como inicial, como um pré-requisito, portanto, é saber como ver a cidade.

Um primeiro aspecto a ser considerado é um problema de escala. Uma obra de arquitetura isolada é percebida de um jeito muito diferente se está rodeada por paisagem natural ou se está rodeada de outras edificações. Precisamos de uma intuição de escala diferente para cada uma dessas situações.

Para termos uma ideia melhor dos efeitos da linguagem da cidade sobre o olhar, uti-

lizamos um tipo de experiência perceptiva e simbólica, através de exercícios, no caso do ensino, ou em oficinas com as comunidades, nos projetos integrados (extensões).

Além disso, esse modo de analisar a forma urbana pode ser subdividido em procedimentos específicos de captura e registro das formas urbanas. O primeiro é a aplicação da habilidade de *ver em*, a partir da pintura, conforme Wohlheim (2002). O *ver em* pode ser exemplificado de modo simples, quando vemos formas inteligíveis nas nuvens, tais como figuras de animais ou até mesmo mecânicas, que sabemos que não são reais. A importância do *ver em* é que esta experiência não depende apenas do sujeito que olha, mas também depende de uma certa organização do objeto sobre o qual projetamos nosso olhar, instrumentado pelo *ver em*.

Aplicar o sentido de *estar em* é outro procedimento. Esse é um sentido experimentado pelo corpo e mente do observador, relativo à posição do corpo no ambiente em que está o sujeito.

Por fim, aplica-se o sentido de *movimentar-se em/por*, que é o *estar em movimento*, que ativa o sentido de percepção de sequência de posições e formas do ambiente. Sua aplicação é o terceiro procedimento.

Esses três sentidos, educados (JANTZEN, 2002), convergem para o sentido mais abrangente de *visão serial*, almejado por Cullen (1974).

Então, pode-se pensar, como aquele autor propôs, que o urbanismo possa ser uma arte de relação, que coordena a percepção e a imaginação do ambiente. Isso é essencial, quando se tem que concentrar a atenção nos problemas da percepção e leitura da forma urbana e no *ver em*, especialmente em áreas que têm patrimônio cultural edificado, ou edificações que poderão, eventualmente, ser compreendidas desse modo.

Todos nós, embora em graus diferentes, desenvolvemos nossa imaginação urbanística. Ela está polarizada naqueles três campos: o *ver em*, o *estar em*, o *movimentar-se em/por*. Arquitetos urbanistas, por seu turno, para poder intervir no ambiente, precisam saber utilizar aquelas habilidades como “ferramentas”. Para isso, é essencial que se utilizem de imagens, especialmente através do desenho, que é necessário para tematizarmos a imaginação. Na atualidade, também são adequados para isso o vídeo e a fotografia, preservando as especificidades de cada uma dessas artes.

A discussão de por que o desenho é um meio tão necessário para os arquitetos urbanistas é muito ampla e escapa aos propósitos deste texto. O importante é mantermos a ideia de que o desenho feito à mão é um meio excelente para leituras e análises da forma urbana. Para os arquitetos urbanistas, o desenho tem um “poder de projeto”, que é completado pela imaginação, ou pelo *ver em*, já mencionado. A representação e a imaginação complementam-se e assimilam-se reciprocamente, formam imagens relativamente estáveis. Mais simplificada, imagens dão coerência e permitem que se atribua um significado e um sentido às imagens que nossa *visão serial* (CULLEN, 1974, p. 9) vai conseguindo retirar do ambiente urbano através do filtro cultural dos temas e de nossa imaginação.

Os levantamentos de campo, realizados pela equipe do NEAB, foram feitos com desenhos. No entanto, em oficinas com comunidades não habituadas à prática de croqui à mão livre, a fotografia torna-se um meio imprescindível.

Para que a forma da cidade possa ser estudada do ponto de vista de seus significados, a expressividade do meio urbano precisa ser conhecida. A forma da cidade é polissêmica, admite muitos significados, conforme a pluralidade de olhares que recaem sobre ela, assim como a pluralidade de configurações geradas pela combinação de edifícios e espaços, que, juntamente com o traçado viário, dão forma à cidade. Portanto, precisamos entender nosso *ver em* urbano o mais claramente possível. Entendemos quando nos conscientizamos do significado do que vemos. Para arquitetos urbanistas, esse estudo chama-se de semântica: o estudo da captura dos significados e suas mudanças, os sentidos das formas, sua organização e suas configurações específicas.

Os significados que damos ao ambiente estão entretecidos aos conceitos com que entendemos esse ambiente. Para entendermos um significado, portanto, precisamos trabalhar com conceitos, como o de lugar, por exemplo. Um lugar pode ser entendido por meio de muitas de suas propriedades formais, das quais elegemos algumas, para exemplificar, nomeando-as, como se segue: “espaço definidor”, “vista peneirada”, “flutuação e fluidez”, “projeção e recuo”, “incidente”, “preponderância”, “viscosidade” e “espaço fechado”. Essas propriedades também são chamadas de “efeitos”, por força de suas configurações específicas (KOHLSDORF, 1996). Esses efeitos acabaram por ser chamados de “efeitos semânticos” da forma urbana, pelos arquitetos urbanistas formados nessa tradição teórica.

OFICINA

A seguir estão os protocolos que foram obedecidos para a programação e aplicação na oficina com as comunidades de Chuí-Chuy.

Primeiro passo. Já foi mencionado que o LabUrb dispõe de um *software*, chamado “*Urban Metrics*”, criado pelo próprio Laboratório. A aplicação desse software tem como pré-requisito um levantamento de campo, para o registro de dados classificados nas categorias de centralidade (urbana), acessibilidade (urbana) e conectividade (urbana). Esses dados foram registrados através de percursos em toda a área urbana delimitada para o estudo. O “grau de intensidade” (mensurável) das categorias foi determinado em laboratório, através do uso do *software*. Soube-se, então, quais seriam as ruas da área urbana de maior, ou menor, centralidade, de mais fácil, ou mais difícil, acessibilidade e de mais intensa, ou menos intensa, conectividade com outras áreas da cidade (Figura 2).

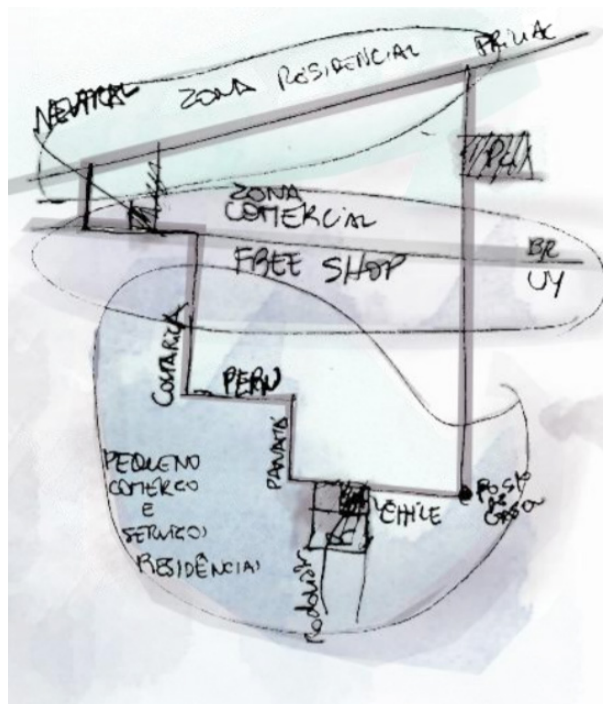
Figura 2 – Categorias de conectividade, acessibilidade e centralidade urbana, nas cidades de Chuí-Chuy



Fonte: Equipe do projeto.

Os dados obtidos pelo “Urban Metrics” foram confrontados com os percursos intuitivos obtidos por outro levantamento de campo, feito pela equipe do NEAB e, então, sobrepostos¹¹. Assim, obteve-se um percurso final “equalizado”, com significado funcional (centralidade, acessibilidade e conectividade), completado pelos aspectos qualitativos, não mensuráveis, para servir de base à referida oficina (Figura 3).

Figura 3 – Mapa com o percurso final nas cidades de Chuí-Chuy



Fonte: Equipe do projeto.

11 Nota-se que o percurso foi estabelecido numa área que abrange os dois países.

Não são mensuráveis os significados que as populações atribuem às suas vivências na cidade, seja em atividades cotidianas, seja em esferas da vida imaginativa, ou em práticas atentas à polissemia dos aspectos que despertam mais a atenção, no percurso, por sua sintaxe (coordenação de formas) e configurações particulares, diferenciadas e diferenciadoras das ambiências urbanas. Esses significados são submetidos a avaliações qualitativas.

Segundo passo. Foi realizado um estudo piloto, pela equipe do NEAB (ProExt), através de desenhos feitos à mão¹², com objetivo de identificar os efeitos semânticos do percurso (Figuras 4 e 5) elaborado previamente. A elaboração do percurso foi feita em colaboração com a equipe do LabUrb da FAUrb, conforme já foi mencionado, seguindo a abordagem da *visão serial*, também já explicada.

Figura 4 – Efeitos de “projeção e recesso” e “vista peneirada” (ver “através de” – árvores)



Fonte: Equipe do projeto.

Figura 5 –Efeitos de “espaço definidor” e “incidente”



Fonte: Equipe do projeto.

Terceiro passo. Durante a caminhada dos participantes da oficina pelo percurso já

¹² Desenhos foram elaborados pela equipe no levantamento piloto e retrabalhados para a apresentação na primeira etapa da oficina. O material fotográfico dos efeitos encontrados foi produzido pela comunidade e o restante pela equipe do NEAB.

estabelecido, fotografaram determinados efeitos da da paisagem, identificando-os como “estações”. “Estação” é como chamamos certos pontos de vista privilegiados, para desenharmos, ou fotografar, alguma configuração notável da forma urbana. As estações foram estabelecidas pelos participantes da oficina e não pela equipe do projeto. Antes de sair a campo, organizou-se uma reunião com os participantes da oficina, em que foram explicados os protocolos a serem seguidos (Figura 6).

Quarto passo. Foram organizadas as imagens recolhidas e a projeção para a “plenária” da oficina. Seguiu-se um debate e elaborou-se um elenco de questões levantadas pela comunidade, quanto à temática do patrimônio cultural edificado, ou edificações que têm potencial para algum reconhecimento como tal. Então, esses elementos da paisagem urbana passaram a ser discutidos em termos de convicções e valores da comunidade (Figura 6).

Figura 6 – A oficina: apresentação e “plenária”



Fonte: Equipe do projeto.

Quinto passo. Obteve-se uma análise das imagens, ligada a problematizações, relativas à relevância e a questões de dar visibilidade ao patrimônio cultural edificado em potencial.

REGISTROS DA OFICINA

A título de exemplo, um dos ex-prefeitos de Chuí levantou a questão de hábitos culturais que se manifestam nos espaços públicos da área central e comercial da cidade. Há poucos edifícios notáveis, por época ou por estilo, que, no entanto, não são plenamente visualizados, por causa da interferência de mercadorias expostas nas calçadas, que é um costume dos comerciantes locais, que ocupam uma significativa parte do centro de comércio e serviços da cidade. No lado uruguaio, registra-se uma configuração diferente, sem

essas interferências (Figura 7).

Na percepção desse participante, os traços expressos da forma urbana foram a “preponderância” dos prédios comerciais contemporâneos e os usos dos espaços públicos, que produzem um efeito chamado de “viscosidade”, com excesso de aparato publicitário. Também foram observados os “túneis” sobre as calçadas, feitos de roupas penduradas, produzindo um efeito forte de “espaço fechado” (Figura 7).

Figura 7 – Efeitos encontrados no percurso: “preponderância”, “viscosidade” e “espaço fechado”



Fonte: acervo da equipe do projeto.

Outra leitura, de uma participante, professora e preocupada com questões ambientais, foi a de que certos elementos da arquitetura e monumentos (bustos de personalidades da cidade, em canteiros, por exemplo), bem como edifícios, ou mesmo características de ruas, perderam força expressiva. Os hábitos dos comerciantes e intervenções de uma arquitetura “*fashion*”, dedicada totalmente à publicidade e aos apelos de consumo, representada por alguns *free shops* e também por certas lojas agravaram a preocupação da participante. Símbolos comerciais competem com símbolos cívicos e da cidadania local, “derrotando-os”, em termos de visibilidade. Essa participante apresentou, então, fotografias com efeitos que evocam a memória da cidade “original”, oposta à cidade “do consumo”. Destacou uma rua arborizada que é caminho para um parque. Os monumentos que estão em canteiros, monumentos oficiais e da tradição rio-grandense, assim como fotos de mobiliário urbano, praças e jardins públicos, que estão em estado de abandono, foram percebidos como lugares não convidativos a algum tipo de apropriação, uso ou permanência (Figura 8).

Figura 8 – Efeitos encontrados no percurso: “direcionamento e caminhada aprazível”, “mobiliário urbano” e “monumentos”



Fonte: acervo da equipe do projeto.

Essa participante da oficina apresentou os traços de uma *semântica urbana* que mostrou “marcos visuais” e “direcionamentos”, que têm grande relevância para uma boa orientabilidade e uma boa legibilidade da cidade. No entanto, a participante revelou que esses elementos estão caracterizados como espaços sem significação, ou sem “conteúdo”, tal é seu estado de abandono. Aparentemente, a participante elaborou uma sequência de fotos como crítica a um estado de coisas. Com isso, procurou mostrar, em contrapartida, com outra série de fotos, o potencial de certos espaços urbanos mais significativos, que poderiam reverter os efeitos de uma paisagem urbana predominantemente desordenada e com uma fraca orientabilidade.¹³

Um participante, de nacionalidade uruguaia, manifestou preocupações semelhantes a do ex-prefeito. Esse participante contribuiu com a oficina, contando partes da história do Chuí. Também manifestou-se quanto ao imperativo de estabelecer um Plano Diretor para a cidade, em que houvesse prioridade para questões ambientais e de patrimônio edificado. Lembrou a obrigatoriedade de planos diretores, conforme a Lei Brasileira, para municípios de fronteira. Lembrou, também, que esses problemas, entre outros, vão além da discussão da paisagem urbana com patrimônio edificado, obviamente, pois esse tema estaria entretecido com outras problemáticas que afetam a vida das cidades de fronteira. Por fim, mencionou várias diferenças entre o lado brasileiro e o lado uruguaio.

O participante observou “contrastes” de estilos arquitetônicos, apontando para um edifício que representaria uma “memória preterida”, ou seja, um edifício protomodernista (da década de 1930 ou 1940), pouco visível em um entorno discrepante (Figura 9).

Observou também, na Avenida Brasil-Uruguaia, outros contrastes. Há um desequilíbrio entre o colorido do lado uruguaio contra a quase monotonia acinzentada das edificações do lado brasileiro. A ordenação da paisagem urbana também é díspar: mais ordenada e legível do lado uruguaio, invertendo esses efeitos no lado brasileiro. Dois aspectos, então, foram observados: o da colorística urbana e o da ordenação da paisagem (Figura 9).

Também foi notado o efeito de vazio e solidão, desolação, em uma rua tornada deserta pela presença de contêineres e depósitos de mercadorias, que ficam nos “fundos” das lojas, cuja área de comercialização volta-se para a rua paralela àquela observada pelo participante da oficina (Figura 9). A insinuação crítica é notória e forte, no sentido da perda de significado e pouca valorização desse tipo de espaço urbano.

13 A participante elaborou muito mais fotos do que o esperado, comparativamente aos demais integrantes da oficina, com a intenção de mostrar lugares pouco convidativos e descuidados no acesso da cidade.

Figura 9 – Efeitos encontrados no percurso: “contraste de estilos”, “colorística e organização da paisagem” e “desolação”



Fonte: acervo da equipe do projeto.

O estudo piloto e outras análises da equipe do NEAB, no lado uruguaio, constataram que, atrás da barreira dos *free shops*, preservou-se uma cidade de traço modernista, que se identifica pela permanência de certas edificações da década de 1930, quando foi realizado um loteamento, por um empresário italiano, de sobrenome Prilliac. Aquele loteamento expandiu-se de forma planejada nas décadas posteriores. Formou-se uma paisagem urbana organizada pelo traçado das ruas e das praças, com equipamentos de uso coletivo, tais como sanitários, centros de informações, nas praças do centro. No bairro, a escola fica no centro. A cidade uruguaia manifesta reiteradas vezes o efeito de “clareza”, ou seja, uma percepção das formas e sua combinação de modo que se perceba intuitivamente “o que é o quê”. Apesar da obliquidade de algumas ruas, a cidade uruguaia revela uma boa orientabilidade, que não é significativa na cidade do lado brasileiro, devido ao ocultamento de marcos visuais edificados (por falta de capina e abandono de espaços públicos), ou à existência de espaços com pouca significação na paisagem urbana.

Assim, o valor epistemológico da abordagem de Gordon Cullen na leitura da paisagem urbana e no apoio à definição de cenários urbanos com valor patrimonial (em potencial, pelo menos), ficou demonstrado pela operatividade dos conceitos de *visão serial* e de *semântica urbanística*.

Mostrou-se claramente que a sensibilidade, a intuição, a imaginação, a memória, os gostos e os significados atribuídos à paisagem urbana produzem um tipo de verdade diferente daquela dos registros técnicos, com a finalidade de medir, calcular e raciocinar. Esse tipo de verdade, obtido pela vivência dos percursos e visualização atenta de suas configurações, reveladas pela *visão serial*, permite uma valoração preliminar de edifícios e ambiências urbanas, que podem, num segundo momento, adquirir ou revelar algum valor cultural, ou um potencial para tal reconhecimento.

Através desses conceitos foi possível reconstruir as percepções, tanto de moradores das cidades, como de urbanistas e fazê-los convergir para uma leitura significativa e valorativa. A cidade e seus percursos mais caracterizadores revelaram sua força expressiva, que é tão importante nas vivências do cotidiano (como a orientabilidade, por exemplo), quanto na captura de cenários, espaços edificados a que se poderia atribuir valor cultural e

importância na paisagem urbana. Para isso, como se mostrou, é necessária uma captação óptica com uma atenção intensificada, que pode ser elaborada através de oficinas, como foi a do Chuí.

CONSIDERAÇÕES

O método empregado pela ação-oficina funcionou para um público diversificado, como era nossa expectativa. A equipe do NEAB estava preparada para receber informações e comentários críticos quanto aos problemas da cidade que afetam, direta e indiretamente, as opções e possibilidades de preservação do patrimônio cultural edificado.

O comportamento dos participantes da oficina também não foi de todo surpreendente, já que a oficina incluiu, num primeiro momento, um bloco de informações teóricas, orientadas para a fundamentação de uma discussão qualificada na sequência. Os integrantes da comunidade local manifestaram o desejo de que a equipe retornasse, pois aqueles dois dias inteiros da oficina representaram uma oportunidade, especialmente para os técnicos da Prefeitura do Chuí, de levantarem questões preocupantes, que, no entanto, não encontram um lugar definido, ou debates com regularidade, nas agendas político-administrativas do cotidiano da Administração Municipal.

Entre os participantes da oficina, foi unânime o reconhecimento, especialmente pelos técnicos administrativos municipais, da necessidade de regramentos que orientassem as disposições do aparato publicitário no centro da cidade, bem como a necessidade de algum controle da exposição de mercadorias nos espaços públicos urbanos.

Por fim, seria essencial ressaltar a importância da UFPel e de seus projetos de extensão, combinados com o ensino e a pesquisa (os projetos integrados), usando essa experiência como exemplo. Os projetos integrados, por sua interação específica com as comunidades em seus ambientes urbanos, no caso, podem servir como promotores de avanços na conscientização de que certos problemas urbanos não dependem apenas da forma das ruas, das edificações e de sua leitura. A leitura serve para levantar problemas, que são provocados por “agendas”, ou ausência de “agendas”, elaboradas por pessoas e instituições. Se pessoas e instituições podem causar problemas, sua respectiva reorientação pode oportunizar soluções. E esse é um dos aspectos mais entusiasmantes de se trabalhar com projetos integrados.

REFERÊNCIAS

CULLEN, Gordon. *El paisaje urbano*. Barcelona, Editorial Blume, 1974.

JANTZEN, Sylvio Arnaldo Dick. **Educando os sentidos**. Pelotas, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel, 2002 (Apostila da disciplina de Estética).

JANTZEN, Sylvio Arnaldo Dick; OLIVEIRA, Ana Lúcia Costa de. **Renovação urbana e reciclagem**: orientação para a prática de ateliê. Pelotas, Mundial, 1996.

_____. (Coordenadores). **Sistematização de estudos de tipologias arquitetônicas em áreas centrais dos municípios da Região Sul do Estado do Rio Grande do Sul**. Pelotas, NEAB-FAURB; CNPq; FAPERGS, 2007. (Relatório de pesquisa).

JANTZEN, Sylvio Arnaldo Dick; *et al.* **Architectural Patrimony in urban Areas: Methodology and case studies os the South of Rio Grande do Sul**, Brazil. Hamburgo, ISUF, 2010.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A apreensão da forma da cidade**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1996.

OLIVEIRA, Ana Lúcia Costa de; SEIBT, Maurício Borges. **Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão**. Pelotas, Editoria Universitária UFPel, 2005.

WOHLHEIM, Richard. **A pintura como arte**. São Paulo, Cosac &Naify, 2002.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Ministério da Educação, pelo financiamento do Programa ProExt 2016; à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPel, pelo auxílio na realização do programa; às Prefeituras Municipais envolvidas e à Escola Estadual Ensino Médio Marechal Soares de Andrea (Chuí) por ter cedido o espaço, aos participantes das oficinas; aos historiadores Júlio Dornel, Félix Ruben Flügel González Maestro e Homero Suaya Vasques Rodrigues pelo tempo dedicado e pelas contribuições para a compreensão da trajetória das cidades estudadas; aos bolsistas da FAUrb-UFPel Ana Paula Vieira, Juncris Namaya Junior, Larissa Mörschbächer e Lucas Boeira Bittencourt.

DADOS DOS AUTORES

Sylvio Arnaldo Dick Jantzen - Arquiteto e Urbanista (UFRGS). Doutor em Educação (UFRGS). Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira (NEAB). Professor Titular da Facul-

dade de Arquitetura e Urbanismo (UFPel). Principal tema de trabalho: morfologia urbana. Email: mundo.dick@gmail.com

Ana Lúcia Costa de Oliveira - Arquiteta e Urbanista (UNISINOS). Doutora em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR-UFRGS). Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira (NEAB). Professora Associada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UFPel). Principal tema de trabalho: patrimônio cultural. Email: lucostoli@gmail.com

Aline Montagna da Silveira - Arquiteta e Urbanista (UFPel). Doutora em Arquitetura e Urbanismo (USP). Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira (NEAB). Professora Associada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UFPel). Principal tema de trabalho: patrimônio cultural. Email: alinemontagna@yahoo.com.br



O Para-formal na Fronteira Brasil-Uruguay: uma viagem pelo comércio de rua das cidades limítrofes

*Eduardo Rocha;
Lorena Maia Resende;
Laís Dellinghausen Portela
e Humberto Levy de Souza*

ENTRADA (CHECK-IN)

O presente ensaio é resultado do projeto de extensão “O Para-formal na Fronteira Brasil-Uruguay: controvérsias e mediações no espaço público”¹⁴, realizado entre os anos de 2014 e 2017 pelo Laboratório de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas. Ao realizar uma viagem contínua por toda linha fronteira Brasil-Uruguay, percorrendo 2.110 km, o projeto se dedicou a dar voz e visibilidade as para-formalidades encontradas nessas cidades-gêmeas¹⁵ (Chuí-Chuy; Jaguarão-Rio Branco; Aceguá-Aceguá; Santana do Livramento-Rivera, Quaraí-Artigas e Barra do Quaraí-Bella Unión).

Experimentam-se os espaços não regulados, espaços anarquistas, onde se produzem atividades que tendem a subverter as leis da economia tradicional, do urbanismo e das relações humanas, gerando mudanças importantes tanto teóricas como práticas, na maneira de pensar e planejar a cidade. Este aspecto informal, longe de ser ocasional, constitui uma regra importante no desenvolvimento de muitas cidades na contemporaneidade - esses são espaços “para-formais” (camelôs, ambulantes, artistas de rua, moradores de rua, etc.) encontrados nos espaços abertos e públicos da cidade que não fazem parte ou intenção de seu desenho urbano original, mas que agora – na contemporaneidade – fazem parte de seu cotidiano. Portanto, os lugares considerados “para-formais” neste projeto são aqueles que se encontram no cruzamento do formal (formado) e do informal (em formação) que através da metodologia das cartografias urbanas capturadas pelo corpo que caminha, inscreve e, assim, auxilia a compor um novo universo sobre a cidade na contemporaneidade.

O objetivo do projeto é identificar esse para-formal que existe/resiste na fronteira e poder analisá-lo em diferentes propostas de aproximação com a cidade, suas implicações

14 Projeto financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

15 O conceito de cidades gêmeas, segundo o Ministério da Integração Nacional, considera os municípios que são divididos por uma linha de fronteira – marco político internacional –, sendo seca ou fluvial, conturbada ou não, que apresentem potencial de integração econômica e cultural, podendo ainda apresentar continuidade da malha urbana com o país vizinho. Cidades com população inferior a dois mil habitantes não são consideradas cidades gêmeas.

e contribuições através de elementos de leitura de planos e cartografias. Nos resultados observados o para-formal na fronteira Brasil-Uruguay é exclusivamente comercial, visto que a região da fronteira é um lugar de troca, de fluxos de pessoas, mercadorias, culturas e o comércio - lícito ou ilícito - tornou-se durante muitos anos um fator relevante no desenvolvimento da região. Como resultado foram confeccionadas pranchas com mapas, fotografias, escritas cartográficas da análise dos três principais planos encontrados: o lugar; o equipamento e o corpo.

Oprojeto, no momento em que apresenta e pensa com o para-formal na fronteira Brasil-Uruguay, contribui para os avanços tanto metodológicos como na produção de conhecimento sobre configurações complexas da cidade na contemporaneidade. Através do desenvolvimento do material gráfico conferimos visualidade aos para-formais e abrimos uma discussão sobre temas emergentes como fronteira/limite, público/privado e o uso/ocupação do meio urbano na contemporaneidade.

O CAMINHO DO MEIO

A metodologia proposta tem como ponto de partida os estudos sobre o caminhar no centro das cidades. O caminhar do errante¹⁶, aquele que sai sem rumo, não tem um ponto de partida e nem de chegada fixos. Caminha perdido entre um território urbano conhecido e ignorado ao mesmo tempo. Ao caminhar esse corpo (usuário, turista, planejador, etc.) cria mapas, deixa marcas e rastros – cartografias urbanas – que podem nos auxiliar a compor um novo universo sobre a cidade na contemporaneidade (DELEUZE & GUATTARI, 1995; JACQUES, 2012).

A cartografia como método (para a filosofia, prática do conhecimento) não é um procedimento recente, desde a década de 60, os filósofos Deleuze e Guattari lançam uma nova maneira de apreender os acontecimentos em constante transformação. Em seus estudos sobre o sujeito, subjetividade e os processos de subjetivação, no campo da esquizo-análise, os autores perceberam que os métodos, até então conhecidos, não conseguiam dar conta da complexidade do tema. No entanto, no meio científico e acadêmico a prática dessa metodologia ainda é pouco explorada.

No Brasil o reconhecimento da cartografia como método de pesquisa iniciou em 2005 com a publicação das *“Pistas do método da cartografia. Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade”*, organizado por Eduardo Passos, Virginia Kastrup e Liliana da Escós-

16 Errância urbana é um tipo específico de apropriação do espaço público que não foi pensado, planejado pelos urbanistas ou outros especialistas do espaço urbano. Segundo Paola Jacques (2006): “Errar, ou seja, a prática da errância, pode ser um instrumento da experiência urbana, uma ferramenta subjetiva e singular, ou seja, o contrário de um método ou de um diagnóstico tradicional. A errância urbana é uma apologia da experiência da cidade, que pode ser praticada por qualquer um, mas que o errante pratica de forma voluntária. O errante é então aquele que busca o estado de espírito (ou melhor, de corpo) errante, que experimenta a cidade através das errâncias, que se preocupa mais com as práticas, ações e percursos, do que com as representações, planificações ou projeções” (p.6).

sia. Um livro escrito por vários pesquisadores interessados em aprofundar, difundir, e, principalmente, reconhecer a cartografia como método de pesquisa. Em 2014 lançaram o segundo volume “*Pistas do método da cartografia. A experiência da pesquisa e o plano comum*” que, além de complementar mais pistas sobre o método, destacou a importância da análise cartográfica, desmistificando ser somente um procedimento de coleta.

A partir desse pensamento, a proposta do método da cartografia enseja acompanhar os processos, ante as respostas pré-estabelecidas e os resultados definitivos. Segundo Passos, Kastrup e Tedesco (2014), a cartografia se apresenta como a reversão do sentido original da própria palavra metodologia (-meta de metas e -hódos de caminho), ou seja, a pesquisa que tradicionalmente é definida por um caminho determinado, nesse caso, é revertida em um método não para ser aplicado, mas sim experimentado.

Os mapas oficiais carregam consigo importantes informações das cidades, como localização de edificações, bairros, ruas, além dos aspectos naturais do relevo, hidrografia, vegetação e uma infinidade de existências. Porém, esses mapas não conseguem dar conta de toda informação que pulsa e vai além de aspectos físicos, como os afectos, as sensações dos lugares que acolhem ou que repulsam e da singularidade de cada trajeto/caminhada. Esses e outros eventos ignorados por esses mapas oficiais podem ser complementados, ou melhor, sobrepostos por outros mapas desenvolvidos através da cartografia urbana, do olhar, observar, da caminhada errante. Mapas que reconhecem e deixam registrados os múltiplos sentidos.

Neste projeto de extensão os procedimentos metodológicos – qualitativos – adotados dividem-se em três planos: teórico, prático e projetual. Assim como os processos acontecem também em três níveis: introdução, desenvolvimento e conclusão, os quais correspondem aos objetivos específicos do projeto. A relação entre essas fases e seus níveis determina um esquema de desenvolvimento que podemos visualizar na Tabela 1 e que estabelece momentos de avanço no processo geral das ações extensionistas:

Tabela 1 - Planos e níveis da ação extensionista

<i>fases/tempos</i>	<i>teórico</i>	<i>prático</i>	<i>projetual</i>
<i>Introdução</i>	conceitualização	pesquisa	identificação
<i>Desenvolvimento</i>	encontros	errâncias/trajetos	diários de viagem
<i>Conclusão</i>	propostas	descrição	realização

A princípio os atores viajantes desse projeto seriam os extensionistas da área da arquitetura e urbanismo. No entanto, sentiu-se a necessidade de acolher outros profissionais, outros olhares que capturassem as cenas urbanas das cidades de fronteira. Por ser uma viagem inédita com o intuito de registro e pensamento, aproveitamos a oportunidade para abrir a multidisciplinaridade. Em setembro de 2015, criou-se um Edital para a seleção dos viajantes, foi aberto a qualquer pessoa que tivesse algum estudo/interesse na fronteira.

ra, independente da área de conhecimento. Foram disponibilizadas quinze vagas, além de sete vagas para os alunos e professores envolvidos com o projeto, em um total de vinte e dois viajantes. O grupo selecionado conseguiu abarcar diferentes áreas: artes visuais, engenharia, nutrição, geologia, sociologia, turismo, letras, música, história, arquitetura e urbanismo. Dentre alunos, mestrandos, doutorandos e professores. É importante ressaltar que cada integrante tinha livre escolha sobre o tema a ser pesquisado, (além dos destinados a capturar o para-formal) não existia uma cobrança e/ou obrigação dos organizadores. A intenção era a troca de experiências, os relatos da vivência e a coleta de informações.

A primeira fase, a *introdução* do processo, contextualizou os participantes desde a ideia “convencional” do “para-formal” e; a “abstrata” das cartografias, delimitando marcos de referência históricos e conceituais que foram determinantes no resultado final das ações. No nível teórico houve a revisão de conceitos como: cartografia urbana, ecologia urbana, história da cidade, crescimento, morfologia, mobilidade, errância, percepção ambiental, sustentabilidade, políticas de governo, infraestrutura, projetos históricos relevantes, projetos atuais relevantes, estudo da cidade e relação de seus elementos com o conceito. No nível prático, uma pesquisa específica sobre as doze cidades - perímetro urbano, população, densidade, clima, IDH, PIB, atividade econômica predominante e instrução – além da análise do Estatuto da Fronteira. E, no nível projetual, a expressão e desenho das observações em mapas (fotográficos, planares, tridimensionais, mentais, etc.) das informações coletadas.

Na segunda fase do processo, o *desenvolvimento*, promoveu-se a preparação dos viajantes e construiu-se ferramentas para auxiliar no processo da errância, além da própria experiência na fronteira. No nível teórico, quatro encontros foram marcados ao longo dos meses que antecederiam a viagem. Nesses encontros aconteceram conversas expositivas da proposta da viagem, mostra dos trabalhos de cada viajante, além de palestras e filmes de outros convidados que percorreram por algumas cidades da fronteira e compartilharam a experiência (Figura 1). Essa fase foi muito importante para que a equipe se conhecesse e identificasse os diferentes trabalhos a serem realizados. No nível prático, as errâncias/trajetos pelas seis cidades-gêmeas da Fronteira Brasil-Uruguay. O trajeto da viagem, como mostrado na Figura 2, teve início no dia 14 de março de 2016 percorrendo um dia em cada cidade-gêmea e retornando à cidade de Pelotas no dia 19 de março. No nível projetual, a equipe recolheu os diários de viagem (Figura 3) com as diversas anotações, mapas, percepções dos viajantes. A equipe organizadora confeccionou diários de viagem que foram distribuídos a cada viajante, composto por: cronograma de viagem, mapa geral do percurso, informações diretas de cada cidade; um mapa geral e outro com zoom no centro de cada cidade; localização do hotel e de restaurantes próximos e folhas em branco para anotações. O intuito do diário foi promover um aparato para coleta de dados, percepções, sensações, descrições que cada integrante poderia obter. Uma forma de registro do pensamento.

Na última fase, *conclusão*, a equipe realizou a análise dos dados coletados na viagem e produziu uma arte gráfica dando visualidade ao para-formal na fronteira. No nível teórico realizou-se uma reunião pós-viagem, em que foi debatido os tópicos mais importantes referentes ao futuro do projeto. No nível prático, a equipe realizou um estudo sistematizado sobre os dados capturados, divulgando o trabalho em uma plataforma de website (<http://paraformalnafronte.wixsite.com/fronteira>). E, no nível projetual, a realização do material gráfico, sete pranchas que devolvem à comunidade as percepções, análises do para-formal encontrado no espaço público e as particularidades de cada cidade.

Figura 1- Palestra sobre a Fronteira Brasil-Uruguay



Fonte: dos autores (2015).

Figura 2 - Trajeto percorrido na fronteira Brasil-Uruguay



Fonte: Google Maps, 2016. Edição dos autores.

Figura 3 - Diário de viagem



Fonte: dos autores (2016).

O PARA-FORMAL NA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAY

A linha de fronteira Brasil-Uruguay possui uma extensão de 1.069 km, sendo 749 km compartilhado por cursos de rio, o restante, 320 km são de fronteira seca sem barreiras geográficas (PUCCI, 2010). Do lado brasileiro abrange somente o Estado do Rio Grande do Sul com doze municípios limítrofes à fronteira, enquanto do lado uruguaio são cinco Departamentos (Estados) envolvidos.

A fronteira Brasil-Uruguay faz parte do Programa Nacional de Segurança Pública (Territórios da Paz) e das áreas definidas pelo Governo Federal como Territórios da Cidadania. É um território, segundo a Carta de Fronteira (2010) elaborada pelas prefeituras e movimentos culturais da região, onde encontra-se a maior densidade populacional entre as fronteiras da América do Sul, apresentando, por esse motivo, singularidades e complexidades culturais que precisam ser mais compreendidas.

A complexidade e diversidade dinâmica da fronteira e da identidade fronteiriça contêm em si mesma a delimitação política limítrofe de configuração do Estado-Nacional. Uma identidade complexa, no nosso caso fronteiriço, que abrigaria na dinâmica da vida cotidiana uma junção de fatores internos e externos; global e local de uma coesão local posta por “múltiplas ordens relacionais” (MOREIRA, 2006) que constituem variadas facetas da vida social cotidiana (redes sociais, afetivas, agrupamentos de diversas ordens locais, nacionais e internacionais, etc.).

Ao experienciar as cidades-gêmeas na fronteira Brasil-Uruguay e observar a potência que os para-formais, exclusivamente comerciais, resistem no contexto urbano é possível compreender os benefícios e impactos que são produzidos. O para-formal é carregado de costumes e identidade entendido como forma de pertencer e participar, nos ensinando novas soluções para a cidade na contemporaneidade. Mas ao mesmo tempo ele também polui várias cenas, atrapalha e violenta a cidade e o cidadão.

O desenho proposto, através de cartografias urbanas e sociais, pretende de forma simples dar visibilidade as cenas urbanas encontradas na fronteira Brasil-Uruguay. Fotografias, mapas, escritos permitem impactar, comunicar os acontecimentos contemporâneos muitas vezes invisíveis aos olhos dispersos nessa complexidade e heterogeneidade citadina.

Para acompanhar os acontecimentos na contemporaneidade é preciso romper com estruturas historicamente consolidadas que, de certa forma, impedem a visibilidade do novo, do que está escondido, simulado. O filósofo italiano Giorgio Agamben (2009) esclarece que a contemporaneidade não está relacionada somente ao tempo presente, cronológico, mas contempla o ser contemporâneo. Esse ser tem a capacidade de tomar distância do próprio tempo e desvendar para além das luzes, do que está visível, posto, o escuro, aquilo que está encoberto ou o que foi apagado. Sendo assim, o projeto de extensão olha tanto para as luzes, em uma análise visual das cidades, das cenas urbanas dadas, e, também, observa o escuro, experiências e análises de uma caminhada errante e flutuante pelas seis cidades-gêmeas da Fronteira.

A seguir é exposto as pranchas resultantes da viagem, percorrendo as particularidades de cada cidade-gêmea.

CHUY (UY) | CHUÍ (BR)

Chuy é uma cidade uruguaia que faz parte do departamento de Rocha. População aproximada de 10.401 habitantes. Possui uma zona comercial muito desenvolvida. Os free shops atraem muitos turistas. No Chuy a forte presença do para-formal está localizado na rua voltada para calçada. Equipamentos improvisados e efêmeros de paletes ocupam uma vaga de estacionamento e demarcam seu lugar de venda. Normalmente o próprio vendedor é responsável pela montagem e desmontagem do equipamento - quando móvel. O corpo para-formal na maioria dos casos se encontra individualmente e em pé, quando observado em grupo este não foi superior a uma dupla. O corpo sempre está atento aos consumidores e chamando atenção para seus produtos.

Chuí, município brasileiro do extremo sul do estado do Rio Grande do Sul, possui uma população de 5.917 habitantes. A principal fonte de renda é do comércio de fronteira, produtos alimentícios, vestuários e lojas diversas para turistas. Chuí é separada da cidade uruguaia Chuy apenas por um pequeno canteiro na Avenida Internacional, local com forte presença de ambulantes. Essa avenida tem o nome de Av. Brasil no lado uruguaio e Av. Uruguai no lado brasileiro. O para-formal no Chuí se localiza predominantemente na calçada. É recorrente o avanço de mercadorias de lojas físicas (formal) na calçada, no qual denominamos de “para-formal no formal”. Os equipamentos são variáveis em suas dimensões e mobilidade (Figura 4).

Figura 4 - Prancha para-formal no Chuy/Chuí



Fonte: dos autores (2017).

RIO BRANCO (UY) | JAGUARÃO (BR)

Rio Branco faz parte do departamento de Cerro Largo no Uruguai. Com uma população de 13.456 habitantes a cidade dispõe do forte comércio dos free shops que é afastado do seu centro urbano pacato. O para-formal foi localizado tanto na zona dos free shops com vendedores ambulantes, como no centro da cidade com presença de trailers fixos em volta da “plaza Artigas” e outros ambulantes dispersos. O corpo e equipamento para-formal é bem diversificado. No caso de vendedores ambulantes o equipamento é pequeno e móvel, normalmente o corpo é individual. Foi observado também a extensão da loja para calçada o “para-formal no formal”.

Jaguarão, município do Estado do Rio Grande do sul, conta com 27.931 habitantes. A cidade é reconhecida internacionalmente por seu acervo histórico arquitetônico com seus casarios ecléticos do final do século XIX. É ligada à Rio Branco/UY pela Ponte Inter-

nacional Barão de Mauá, de 340m sobre o Rio Jaguarão, inaugurada em 1930 e uma das maiores obras de toda fronteira. O para-formal no centro da cidade se faz presente tanto pelos trailers fixos em volta da praça Alcides Marques, como por ambulantes de todos os tipos que circulam nas ruas próximas. Exemplos como carrinho de mão comercializando espigas de milho, suporte de telas metálicas vendendo óculos e chapéus, além dos pipoqueiros que circulam a praça (Figura 5).

Figura 5 - Prancha para-formal em Rio Branco/Jaguarão



Fonte: dos autores (2017).

ACEGUÁ (UY) | ACEGUÁ (BR)

Acegua/UY é uma cidade uruguaia do departamento de Cerro Largo. Segundo o último censo uruguaio, a cidade tem uma população de 1.511 habitantes. As principais atividades econômicas da região estão relacionadas à pecuária e à agricultura. Com a abertura dos free shops houve um crescimento no comércio e atrativo turístico. Uma rua

separa as cidades de mesmo nome que constituem as menores cidades da fronteira em ambos os lados. A linha divisória internacional não é muito precisa, perde-se a orientação de quando se está em um país ou em outro. O para-formal é constituído principalmente por ambulantes em equipamentos improvisados, muitas vezes são os automóveis que apoiam a mercadoria.

O município de Aceguá/BR é formado por outras comunidades, destacando Aceguá (sede) e Colônia Nova. Fundada em 1996 a cidade tem aproximadamente 4.398 habitantes. A atividade comercial predominante é a agropecuária e também a de serviços. A cidade possui um aspecto rural por algumas características como: ruas de saibro, casas espaçadas uma das outras, um clima de tranquilidade e sossego, pouco movimento de carros e pessoas. O para-formal observado são ambulantes com pequenas mercadorias e outros casos de “para-formal no formal” em lojas de construção e supermercados. Um evento curioso percebido foi a venda de móveis e eletrodoméstico no centro da praça principal por algumas horas (Figura 6).

Figura 6 - Prancha para-formal em Aceguá/Aceguá



Fonte: dos autores (2017).

RIVERA (UY) | SANTANA DO LIVRAMENTO (BR)

Fronteira oeste do Rio Grande do Sul, Santana do Livramento é uma cidade média com 83.324 habitantes. Ganha destaque na pecuária e agricultura com a produção de soja e arroz, além da produção frutífera da vitivinicultura. Em 2009 Santana do Livramento foi declarada como cidade-símbolo da integração brasileira com os países membros do Mercosul. O para-formal possui algumas variações no decorrer da cidade, a praça principal é rodeada por trailers fixos e por feiras móveis improvisadas. Nas ruas, comerciantes com equipamentos de porte médio e móvel ocupam uma vaga de estacionamento. Já no calçadão da cidade há um expressivo número de ambulantes com pequenas mercadorias, alguns utilizam mobiliários urbanos como suporte.

Rivera, cidade uruguaia com 78.000 habitantes, constitui a conurbação binacional, denominada Fronteira da Paz, que vive de forma harmoniosa e integrada. Um marco dessa união foi a construção da Praça Internacional que serve a ambos os lados. Uma das principais atividades econômicas em Rivera são as lojas destinadas ao free shop. No interior do departamento predomina a criação de gado e agricultura. O para-formal está presente nas calçadas e em grande parte na rua onde se localizam os free shops. Vendedores ambulantes expõem suas mercadorias em equipamentos improvisados ou aproveitam a sombra de marquises ou mesmo degraus de prédios abandonados. Observou-se que o corpo na maior parte do tempo está sentado, seja na própria calçada ou com cadeiras plásticas (Figura 7).

Figura 7- Prancha para-formal em Rivera/Santana do Livramento



Fonte: dos autores (2017).

ARTIGAS (UY) | QUARAÍ (BR)

Artigas, cidade uruguaia de fronteira, possui aproximadamente 44.000 habitantes. A comunicação com a cidade vizinha se dá pela Ponte Internacional da Concórdia, construída em 1968 sobre o rio Quaraí, sendo considerada a ponte com a curva mais larga da América do Sul. Artigas vive economicamente da agropecuária e serviços, com a chegada dos freeshops o contato entre as cidades se tornou mais eficaz. No centro da cidade de Artigas, o para-formal resiste de inúmeras formas. Desde grandes trailers fixos na praça até pequenos ambulantes utilizando a fachada de prédios como suporte. Muitas lanchonetes com pequena estrutura física espalham mesas e cadeiras nas calçadas para atender seus clientes.

Fronteira oeste do Rio Grande do Sul, Quaraí tem uma população estimada de 24.000 habitantes. A economia se baseia fortemente na tradição pecuarista. Na agricultura ganha destaque a produção de arroz, e, mais recentemente, o comércio e a indústria tem ascendido. O para-formal em Quaraí é observado principalmente na extensão das lojas formais nas calçadas, o “para-formal no formal”. Manequins, araras, bancadas, propagandas, ocupam grande parte das calçadas. Na maioria dos casos há sempre um corpo individual e em pé que vigia e cuida dos produtos expostos. Há também alguns trailers fixos espalhados em trechos de rua, assim como poucos ambulantes que percorrem a cidade carregando seu equipamento móvel (Figura 8).

Figura 8 - Prancha para-formal em Artigas/Quaraí



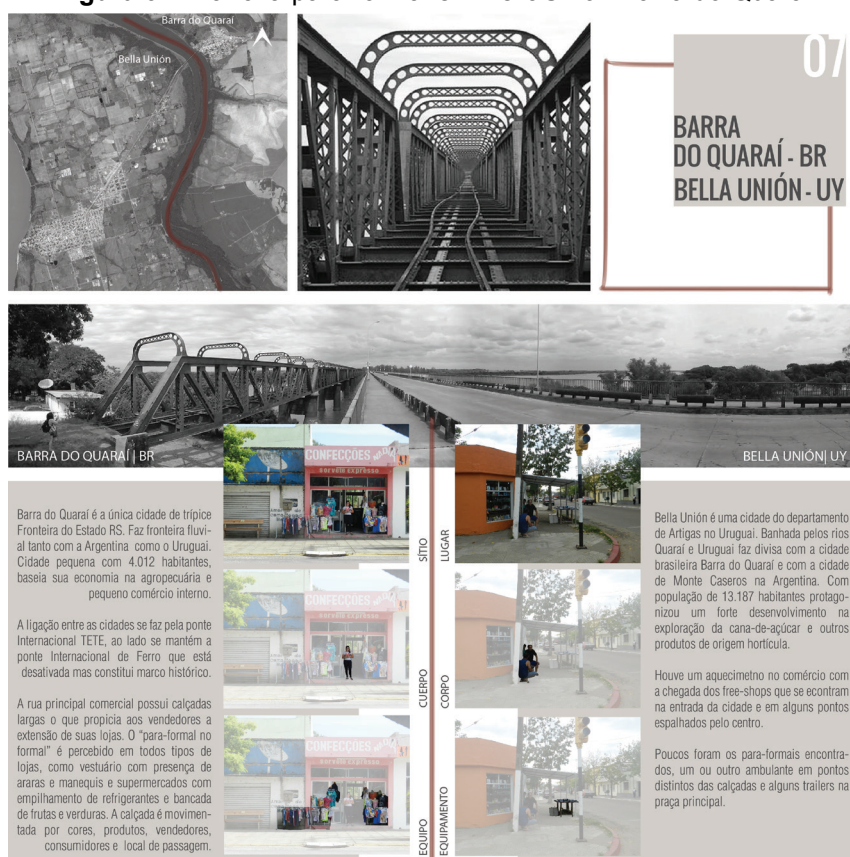
Fonte: dos autores (2017).

BELLA UNIÓN(UY) | BARRA DO QUARAÍ (BR)

Barra do Quaraí é a única cidade de tríplice Fronteira do Estado RS. Faz fronteira fluvial tanto com a Argentina como o Uruguai. Cidade pequena com 4.012 habitantes, baseia sua economia na agropecuária e pequeno comércio interno. A ligação entre as cidades se faz pela ponte Internacional e ao lado ainda se mantém a ponte Internacional de Ferro que está desativada, mas constitui um marco histórico das cidades. A rua principal comercial possui calçadas largas o que propicia aos vendedores a extensão de suas lojas. O “para-formal no formal” é percebido em todos tipos de lojas, como vestuário disposto em araras e manequis, e supermercados com empilhamento de refrigerantes e bancas de frutas e verduras. A calçada é movimentada por cores, produtos, vendedores, consumidores e local de passagem.

Bella Unión é uma cidade do departamento de Artigas no Uruguai. Banhada pelos rios Quaraí e Uruguai faz divisa com a cidade brasileira Barra do Quaraí e com a cidade de Monte Caseros na Argentina. Com população de 13.187 habitantes protagonizou um forte desenvolvimento na exploração da cana-de-açúcar e outros produtos de origem hortícola. Houve um aquecimento no comércio com a chegada dos free shops que se encontram na entrada da cidade e em alguns pontos espalhados pelo centro. Poucos foram os para-formais encontrados, um ou outro ambulante em pontos distintos das calçadas e alguns trailers na praça principal (Figura 9).

Figura 9 - Prancha para-formal em BellaUnión/Barra do Quaraí



Fonte: dos autores (2017).

SAÍDA (CHECK-OUT)

O trabalho aqui exposto demonstra, a partir das ações, o intercâmbio e cooperação artístico-cultural revelando as singularidades e diversidades de cada cidade da região fronteiriça. A visualidade dos para-formais como fortalecimento das ações culturais das comunidades de fronteira, ampliando sua capacidade de democratizar o acesso a serviços; a bens materiais e imateriais; as políticas culturais e fortalecer a economia da cultura a curto prazo.

As atividades comerciais para-formais destacam-se por toda a linha de fronteira Brasil-Uruguay – formais, para-formais, informais – fazendo parte de sua formação histórica e identidade. Desde o movimento de quileiros, muambeiros, free shops, etc. Fazendo parte da heterogeneidade própria das regiões fronteiriças. Na busca por uma leitura da fronteira Brasil-Uruguay, tanto da academia como da população, o para-formal surge como um elemento/cena integradora e complexa, desde recorrências até diferenças.

Durante a viagem e as atividades de extensão foram alinhavadas relações diversas entre a universidade, as comunidades e os órgãos públicos das cidades; promovendo a produção, acumulação e disseminação de conhecimentos das diversas áreas propostas pelos viajantes. As ações de extensão (reuniões, intervenções urbanas, artísticas e exposições) junto às comunidades fronteiriças possibilitaram o compartilhamento, mediação e inter-relação entre os públicos externos dos países Brasil-Uruguay e entre cidades, atuando como elos e atravessamentos nas mais diversas articulações e acontecimentos propiciados pelo registro e acompanhamento do comércio de rua (para-formal) das cidades limítrofes.

Por fim, a partir de tais ações é possível vislumbrar as articulações entre conhecimento científico e as necessidades das comunidades, entre academia e vida nua, interagindo e transformando a realidade social.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o Contemporâneo?** In: O que é o Contemporâneo? E outros ensaios. Tradutor Vinícius NicastroHonesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Felix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia** (Vol. 1). São Paulo: Ed. 34, 1995.

MOREIRA, José Roberto. **Identidades complexas no conhecimento científico sobre comunidades costeiras**. In: Ruralidades, capacitação e desenvolvimento. N.B.P. Amodeo e H. Alimonda (orgs). Viçosa-MG, Ud. UFV. (pp.1-15), 2006.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (orgs.) Pistas do método da cartografia. **Pesquisa Intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009. 207p. (v.1).

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Silvia. (orgs.) Pistas do método da cartografia. A experiência da pesquisa e o plano comum. Porto Alegre: Sulina, 2014. 310 p. (v.2).

PUCCI, Adriano Silva. **O Estatuto da Fronteira Brasil-Uruguai**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2010.

AGRADECIMENTOS

Ao Laboratório de Urbanismo (LabUrb), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUrb), da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), por apoiar e sediar o projeto. Ao CNPQ e FAPERGS pelos financiamentos de projetos que complementaram e acompanharam o Para-formal na Fronteira.

DADOS DOS AUTORES

Eduardo Rocha - Doutor em Arquitetura, Mestre em Educação, Especialista em Patrimônio cultural, Arquiteto e Urbanista, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUrb), Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: amigodudu@yahoo.com.br

Lorena Maia Resende - Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, Arquiteta e Urbanista, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUrb), Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: lorenamilitao@gmail.com

Laís Dellinghausen Portela - Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, Arquiteta e Urbanista, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FaUrb), Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: laiisd@gmail.com

Humberto Levy de Souza - Acadêmico do Curso de Artes Visuais, Centro de Artes (CA), Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: levyarqui@gmail.com



Uma proposta intercultural para a integração binacional na ‘Fronteira da Paz’ Santana do Livramento-Rivera

*Paulo Ricardo Silveira Borges;
Ana Lourdes da Rosa Nieves Brochi Fernández
e Pierre Moreira dos Santos*

INTRODUÇÃO

Noso lenguaje intreverado téin muintas asensiones y conotasáun: Portuñol, Espagués, Dpu, Dialeto Fronterizo, Carimbáu, PU y ainda máis: Temus varias ventaja na nosa idioma pués náun téin reglas (siscreve de cualquier yéito) sinventa as palabra y é clandestino... toma! Éu gosto de dizé; misturado qui éu asho que é mas auténtico purqué ansín é nosa frontera.

Chito de Mello
(Músico e Poeta Fronteiriço)

O presente trabalho é resultado das observações feitas durante o desenvolvimento do Programa Escolas Interculturais de Fronteira – PEIF, na “Fronteira da Paz” entre Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai). O PEIF é desenvolvido no âmbito do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em cidades brasileiras da faixa de fronteira, mais especificamente entre as respectivas cidades-gêmeas de países que fazem fronteira com o Brasil. Os países envolvidos no Programa PEIF são: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela e Colômbia.

O principal objetivo do PEIF é o de promover a integração regional por meio da educação intercultural que garanta formação integral às crianças e aos jovens nas regiões de fronteira do Brasil com outros países. Para tanto, torna-se indispensável a efetiva integração de escolas, de estudantes, de professores e de familiares pertencentes aos países vizinhos envolvidos. A proposta busca romper barreiras culturais e educacionais, oportunizando uma aprendizagem intercultural calcada nas realidades das comunidades e nas relações e espaços de circulação da língua, da cultura, da história e das pedagogias educacionais. Além disso busca-se também promover (a) o uso da segunda língua, de maneira que esta passe a estar cada vez mais presente no cotidiano da escola e da comunidade, de forma oral e escrita, por meio da relação com falantes nativos da língua objeto do ensino-aprendizagem, (b) a relação pessoal/profissional entre os cidadãos das comunidades envolvidas, cujo contato permite conhecer e vivenciar o sistema escolar e cultural do país vizinho, (c) a ampliação da base informacional dos conteúdos escolares, deixando de focar unicamente o nível nacional e ocupando-se também com a Região como unidade

de trabalho e vivências e (d) a troca de experiências pessoais e culturais, próprias à vida cotidiana das comunidades fronteiriças.

À Universidade Federal de Pelotas coube o desenvolvimento do PEIF junto à cidade fronteiriça de Santana do Livramento, em parceria com a cidade-gêmea de Rivera. O texto aqui proposto representa o conjunto de observações realizadas a partir das experiências compartilhadas nas escolas parceiras e do contato com os falantes fronteiriços de diferentes segmentos sociais, faixas etárias e atividades profissionais. No período de 2012 a 2017 foram desenvolvidos vários projetos interculturais, coordenados pela UFPel/PREC/CLC, e observações de manifestações culturais, educacionais e linguísticas dos fronteiriços, sejam eles professores, estudantes ou pessoas que desenvolvem atividades cotidianas nas comunidades de Santana do Livramento e Rivera.

A partir das observações proporcionadas em função do trabalho com o PEIF e do contato com os moradores da Fronteira da Paz, verificou-se que muitos dos aspectos políticos da integração, em especial de caráter econômico e comercial, atuam como forças simbólicas presentes na cultura, na educação, na história e no cotidiano das comunidades fronteiriças. A interculturalidade, nesse aspecto, parece ocorrer mais de forma individualizada do que coletiva, sendo necessário uma manifestação efetiva de diferentes setores institucionais e promotores de relações entre/intra comunidades, para que os domínios da integração binacional, nas suas múltiplas dimensões, ocorram não somente na perspectiva do ‘imaginário’, mas principalmente a partir de ações e projetos oriundos das realidades sócio-histórica-culturais dos moradores pertencentes às comunidades fronteiriças.

GÊNESE DE UM PROCESSO INTERCULTURAL

As condições e o modo como a fronteira Brasil-Uruguai se constituiu politicamente ao longo da história foram permeadas por conflitos e diferentes formas de diversidade – econômica, social, cultural, histórica, vivencial. Pode-se dizer que a temática da fronteira no Brasil tem sido caracterizada por um paradoxo: de um lado, o norte do país, em que a presença humana é reduzida por questões e obstáculos geográficos; de outro, o sul do Brasil, onde temos uma maior concentração populacional. Ainda que uma fronteira seja menos populosa que a outra, temos a presença de uma complexa situação de contato, pela formação histórica e a maneira como se estabeleceram as relações sociais de diferentes etnias que habitam e caracterizam a “identidade fronteiriça”.

Para Pucci (2010), o conceito de fronteira aparece sob diferentes perspectivas, seja através da geografia, da cultura, da identidade, etc. Na literatura, a temática da fronteira aparece como um conceito polissêmico, no momento em que estão presentes princípios de rigores e de dispositivos legais em relação a esse espaço fronteiriço; por outro lado, encontramos as próprias e legítimas reivindicações das comunidades.

Cabe ressaltar que, quando nos referimos à fronteira Brasil-Uruguai, um conjunto grande de outras questões estão intrínsecas nessa relação, não apenas a configuração geográfica, mas outros aspectos relacionadas à intensidade da interação, que é variável em decorrência do tipo de fronteira – se seca e sem obstáculos ou se há algum tipo de separação física como, por exemplo, um rio entre duas cidades fronteiriças.

A ‘temática fronteira’, no entendimento de Pucci (2010), é compreendida como a linha imaginária que define o contorno territorial de um Estado e, conseqüentemente, acompanhado por sua jurisdição. Em geral essas linhas coincidem com elementos naturais geográficos, como rios e montanhas, tendo em vista que a condição do Estado é dada pela soberania e é exercida ao que tange à segurança nacional. Comumente, o fator estratégico-militar explica a rigidez da legislação sobre o que seja fronteira. Por outro lado, pode-se entender fronteira sob uma concepção imagética ou até mesmo como instrumento heurístico, na perspectiva de Pesavento (2002, p. 36):

As fronteiras, antes de serem marcos físicos ou naturais, são sobretudo simbólicas. São marcos, sim, mas sobretudo de referência mental que guiam a percepção da realidade. [...] São produtos desta capacidade mágica de representar o mundo por um mundo paralelo de sinais por meio do qual os homens percebem e qualificam a si próprios, ao corpo social, ao espaço e ao próprio tempo.

Atualmente, percebemos que a ideia fronteiriça tende a transgredir o conceito tradicional de fronteira, pois trata-se de algo compartilhado, menos imaginário e que faz parte de uma dinâmica social, cultural e linguística muito particular, sustentada por suas populações e suas respectivas “transgressões sociais”.

Se analisarmos a etimologia da palavra *fronteira*, observamos claramente o viés intrínseco de “divisão”, de “confronto”, de “diferença” e de “conflito”. O termo *fronteira* vem do latim *frons*, *frontis*, que quer dizer “testa”, “frente”, “face”, “frente”, adaptado às necessidades francesas para *frontière*, justamente o significado de “limite”, “fronteira”. Temos, portanto, uma origem claramente militarizada do termo, própria ao campo semântico e simbólico que designa guerra, parte mais avançada de um exército, limite entre exércitos ou terras. E é esse o imaginário que, na maioria das vezes, nos acompanha até hoje, ou seja, a fronteira como algo relacionado à divisão, ao outro: algo ou alguém diferente de mim.

Em se tratando da fronteira Brasil-Uruguai, a “transgressão” das linhas ocorreu e ocorre, sobretudo, para dentro do território uruguaio. Primeiro, instalaram-se os portugueses; posteriormente, os brasileiros. Dessa maneira, possibilitou-se a manutenção da língua portuguesa e a conseqüente determinação de sua importância no próprio processo de ocupação da região norte do Uruguai.

Figura 1 - Marco Divisório entre Brasil e Uruguai. Espaço fronteiro-geográfico dividido por um “marco de concreto” estabelecedor de limites entre realidades históricas, culturais e sociais extremamente próximas



Fonte: autores.

Esse fator histórico despertou o interesse, principalmente de linguistas uruguaios [Barrios (1996), Behares (1984, 2001), Elizaincín (1979)], com a importante investigação sobre a possibilidade da existência da língua portuguesa dentro do território uruaio, principalmente no norte do país. A partir de 1950, começam os estudos sobre a possibilidade de línguas fronteiriças, representativas da identidade da comunidade de fala fronteira.

Nas últimas décadas, as transformações mundiais colocaram em discussão a perspectiva de fronteira, principalmente numa época em que as teorias de desconstrução surgem como resistência. Também a complexidade do tema deu origem a políticas de estudos de interação fronteira. Em meio a este processo a língua passou a ser alvo de investigação junto a outros fenômenos sociais, entre os quais o próprio contato linguístico. Quando falamos em línguas em contato, também fazemos referência ao tema fronteira, visto que sempre que há línguas em contato estabelece-se algum tipo de fronteira, seja política ou cultural, onde aspectos decorrentes dos fenômenos linguísticos são recorrentes. A diversidade cultural em torno da região de fronteira é algo que está na gênese de sua constituição histórica. Nesse sentido, Mozzillo (2014, p. 105) afirma que:

Na fronteira Brasil-Uruguai, região marcadamente plurilíngue, coexistem, ao lado do espanhol e de português, diversas variedades de contato, dentre as quais o chamado portunhol ou fronteiro.

Seria necessário ressaltar que há uma diferença de definição entre limite e fronteira. Limite seria uma demarcação artificial acordada entre Estados jurídicos, estabelecendo um território. Fronteira envolve um espaço ao redor do limite. Neste espaço, estão envolvidas culturas, línguas, vivências, cotidianos, etc. Portanto, pode-se dizer que é na fronteira que se estabelece o contato linguístico – não sendo algo novo nos estudos linguísticos no ocidente [Ferguson (1959)]. É importante destacar também que um dos conceitos de bilin-

guismo é o resultado do contato entre duas línguas, muito comum na fronteira, ou seja, a ideia de que há a coexistência de línguas em um mesmo território.

Como exemplo, temos o catalão e o espanhol que convivem juntos na Espanha, o português e o espanhol na fronteira Brasil-Uruguai e, em alguns casos, convivem no mesmo território diversas línguas: português, espanhol, guarani, línguas indígenas, árabe, como no caso da “Tríplice Fronteira” entre Brasil, Argentina e Paraguai.

A FRONTEIRA COMO ESPAÇO ECONÔMICO-CULTURAL

Considera-se que houve um fenômeno de grande transformação econômica e cultural na fronteira Brasil-Uruguai com o surgimento de zonas de livre comércio, tendo em vista um fluxo populacional de ambos os países, o que permitiu o avanço de culturas e línguas que passaram a ter maior contato e inter-relações. Esse fato produziu profundas transformações, em ambos os lados, e o surgimento de uma nova modalidade linguística denominada de “portunhol” com seus diferentes nomes: *portunhol*, *brasileiro*, *fronteiriço*, *entreverado*.

A região de fronteira entre Brasil e Uruguai vem sofrendo diretamente com esses movimentos, fluxos e contrafluxos próprios da contemporaneidade. Observam-se inúmeras situações problemáticas, próprias à situação de fronteira, embora os problemas emergentes não sejam propriamente regionais e locais, mas macro-institucionais. A fronteira Brasil-Uruguai se estende por 1069 km, desde a tríplice fronteira, Brasil-Argentina-Uruguai, até a foz do Arroio Chuí, ponto extremo Sul do Brasil. No caso de Santana do Livramento-Rivera, a população das duas cidades juntas chega a 146.939 habitantes, maiores cidades da fronteira em ambos os lados. Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai) estão unidas apenas por duas vias em comum – a Av. 33 Orientales, no lado uruguaio, e a Av. João Pessoa, no lado brasileiro, como se fossem uma só avenida, e também pela avenida comum denominada de Av. Paul Harris, que tem esse nome nos dois lados, na chamada “Fronteira da Paz” ou “La Más Hermana de Todas Las Fronteras del Mundo”.

Buscamos aqui, com este texto, entre outros aspectos, identificar se houve alguma transformação nos diferentes falares fronteiriços, tendo em vista o fluxo de diferentes povos por conta das zonas de livre comércio e o surgimento de novos falares a partir dos ciclos migratórios de dentro do Uruguai em direção à fronteira. Será analisado ainda o falar portunhol do habitante nativo da fronteira e verificado como se deu o surgimento de novos falares por conta da economia fronteiriça nos últimos anos e as condições socioculturais próprias dessa região.

Parte-se da ideia pré-concebida de que o fenômeno das zonas de livre comércio, na fronteira Brasil-Uruguai, causou uma grande transformação social devido ao fluxo de pessoas de diferentes lugares – de ambos os lados. A língua, nesse contexto, passou também

a sofrer transformações, considerando os diferentes falares fronteiriços, especialmente pela migração interna que surge no Uruguai em direção à fronteira com o Brasil, juntamente com o viés econômico e suas influências e consequências para os dois países irmãos.

DIVERSIDADE LINGUÍSTICA NA FRONTEIRA DA PAZ

O estudo da diversidade linguística fronteiriça torna-se importante por tratar-se de um fenômeno social-econômico-linguístico novo e que modificou totalmente o perfil da fronteira Brasil-Uruguai, principalmente nas últimas duas décadas. Portanto, é inevitável que a língua sofresse consequências em função dessa transformação devido ao intenso contato linguístico ocorrido. O discurso bilíngue caracteriza-se por uma série de processos decorrentes do contato entre duas línguas: os intercâmbios linguísticos.

Santana do Livramento-Rivera caracteriza-se como um centro urbano que favorece o bilinguismo que já ocorre desde a chegada de hispano-hablantes na Região, a partir do final do século XIX, embora a região norte do Uruguai já fosse ocupada por portugueses. Em função desse atlas linguístico que ultrapassa o limite fronteiriço, devemos considerar que há coexistência de línguas/variedades em contato, nas quais uma pode exercer influência sobre a outra. A supremacia de uma língua sobre a outra em uma situação fronteiriça está diretamente relacionada à existência de relações de poder, através do fluxo de pessoas, das relações econômicas e da coerção do próprio Estado.

Para Mozzillo (2014), a fronteira Brasil-Uruguai está caracterizada pela existência de mais de um sistema linguístico. De ambos os lados estão as línguas majoritárias, português língua oficial brasileira e o espanhol língua oficial uruguaia. Ambas convivem com diferentes variedades de contato, entre as quais o portunhol ou fronteiriço DPU (dialeto português uruguaio). Assim sendo, esse contato entre diferentes línguas, variedades e culturas, faz com que esses falantes compartilhem diferentes contextos de língua e alternância de língua, que durante a conversação é algo muito recorrente entre os falantes dessas regiões. Em muitos casos, essas variedades são vistas com certo preconceito linguístico, uma vez que não são institucionalizadas e percebidas como línguas nacionais.

Nota-se que, em vários momentos, a conversação bilíngue é mais marcada que o diálogo monolíngue, o que pode ser explicada pela frequência e pelo uso linguístico de determinada comunidade. Para Matras (2000), uma língua é misturada ou entreverada, porque seus componentes são traçados em mais de uma fonte linguística, segundo sua história. Há diversos fatores que fazem com que as línguas se mesquem, uma vez que as manifestações linguísticas aparecem em diferentes contextos sociolinguísticos e socioculturais, principalmente por necessidades relacionadas a aspectos econômicos e comerciais.

No decorrer das atividades desenvolvidas no âmbito do PEIF/UFPEL, percebemos que as atividades desenvolvidas pelos professores, tanto das escolas brasileiras como uruguaias, buscam aprofundar os conhecimentos acerca da teoria dos contatos culturais e linguísticos e das múltiplas inter-relações advindas da situação fronteiriça, bem como proporcionar insumos críticos para que os participantes das relações socioeducacionais possam pesquisar e organizar atividades pedagógicas no marco da interculturalidade. Além disso, observamos uma reflexão presente nas escolas e por parte dos próprios professores participantes do PEIF sobre a profissão docente e a construção compartilhada do conhecimento, em especial naquela região de fronteira, com uma postura interdisciplinar e intercultural, como expressão de trabalho, projetos, mentalidades e comportamentos. Pata tanto, a utilização das novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC) em sala de aula, entre outros instrumentos educacionais, são fundamentais.

A Figura 2, referente ao “I Encontro de Formação Continuada de 2016”, do Programa Escolas Interculturais de Fronteira, desenvolvido na cidade fronteiriça de Santana do Livramento, sob responsabilidade da UFPEL/PREC/CLC, é um exemplo da importância de propostas que visem ao desenvolvimento de projetos interculturais e que valorizem a diversidade linguística-cultural da fronteira:

Figura 2 - Folder do “I Encontro de Formação Continuada de 2016” do PEIF



Fonte: autores.

IDENTIFICANDO O ESPAÇO ‘FRONTEIRA’

A noção de fronteira e limite é algo que vem sendo discutido por diferentes teóricos nas mais diversas áreas do conhecimento. De qualquer modo, quando nos referimos à

temática fronteira, estamos abordando um discurso que diz respeito à noção de identidade nacional e também de cultura de uma determinada população. Bentacor (2009) traz um conceito que diferencia fronteira e limite:

Frontera es espacio de integración de identidades y culturas cuya singularidad se construye a partir de la convivencia en un espacio cotidiano. La frontera escapa de las limitaciones políticas impuestas que a veces reflejan en estrategias de vida (p. 10).

Límite es un concepto político en relación a reforzamiento de soberanía y control del ejercicio de poder sobre el territorio” (p. 15).

Para Hall (2006), no mundo moderno, as culturas nacionais são uma das principais fontes de identidade cultural. As identidades são constituídas essencialmente por um conjunto de significados construídos através de uma cultura nacional. Falar de identidade nacional envolve uma série de fatores, como educação e língua vernácula, como forma de dominação, o que acaba por consolidar a homogeneização das culturas. A identidade nacional, para Anderson (2008), nesse aspecto, é algo imaginado pelo qual estes significados passam a ser significantes e produtores de efeitos sociais e culturais.

A identidade também é uma característica delimitadora da fronteira. Para Hall (2006, p. 108), a identidade é um conceito estratégico que marca uma posição: “é um eu coletivo que se esconde dentro de muitos outros eus”. Na medida em que falamos de fronteira e identidade entramos em um conceito posicional que demarca o que somos ou o que não somos, porque é algo identificado pela diferença e que se estabelece em constante processo de significação e ressignificação, constituindo-se a partir de contextos e culturas que podem ser diferentes. Nesse sentido, o PEIF desenvolve suas atividades, levando em conta duas dimensões interculturais próprias às zonas de fronteira:

Quadro 1- Dimensões interculturais referentes às zonas de fronteira

Dimensão das Vivências	Dimensão Informacional
<i>práticas sociais compartilhadas</i>	<i>conhecimento sobre o outro, sobre o outro país</i>
<i>estar com o outro</i>	<i>sobre suas formas históricas de constituição e de organização.</i>
<i>entendê-lo</i>	<i>história, geografia, dimensões literárias, artísticas, religiosas e culturais</i>
<i>planejar e trabalhar com o outro</i>	
<i>produzir sentido conjuntamente</i>	
Conhecimentos Atitudinais	Conhecimentos Culturais

As identidades quando produzidas criam fronteiras. As fronteiras identitárias entre-

cruzam-se e até mesmo confundem-se com fronteiras imaginárias e geográficas, haja vista que, em meio a todas essas, existe algo que perpassa: são as marcas culturais. Nesse aspecto, a fronteira cultural também carrega consigo marcas de poder.

Sendo assim, tanto no Brasil como no Uruguai, enquanto Estados-Nação, percebe-se um papel formador de opinião que se coloca contra a identidade das populações fronteiriças, principalmente porque ambos possuem em seu espaço territorial o ensino oficial da língua materna-nacional – a língua dominante: no caso do Brasil, o português; no caso do Uruguai, o espanhol.

O Estado-Nação, de ambos os lados, considera em seus discursos o fluxo cultural e linguístico, embora tenhamos percebido que, na realidade, suas práticas ainda sejam incipientes, emperradas em burocracias estatais. Não há uma consideração por parte do Estado deste “entre-lugar”, ou terceiro espaço híbrido, que seria um espaço de uma cultura que ocorre no processo entre o “eu” e o “outro”. E isto se constitui em diferentes manifestações, sejam elas linguísticas, culturais e atitudinais.

A noção de fronteira intercultural, como um espaço que dilui a noção do “eu” ou do “outro”, é vista de forma positiva por Behares (2010), ao destacar que a região da fronteira Brasil-Uruguai é bastante marcada por características linguísticas gaúchas com influência de ambos os lados, tanto no léxico quanto na fonologia, criando um universo próprio favorecido pelo bilinguismo. Ou seja, a fronteira como espaço intercultural onde tudo une e nada separa as pessoas.

O PEIF COMO ESPAÇO INTERCULTURAL

O locus de desenvolvimento do PEIF é a fronteira Brasil-Uruguai, cidades Santana do Livramento e Rivera. A proposta do PEIF privilegia uma abordagem qualitativa de investigação, que se processa basicamente através de observações entre falantes, realizadas com pessoas que desenvolvam atividades informais e formais no espaço público e na zona urbana de contato linguístico.

A abordagem qualitativa, expressa no Programa, corresponde a uma questão particular de pesquisa, que não pode ser quantificada, ou seja, trabalha um universo de relações que não pode ser reduzido a números, conforme concepção de pesquisa social de Minayo (2002). Essa abordagem foi escolhida por apresentar condições para um estudo sociolinguístico em seu contexto, enfocando as transformações linguísticas ocorridas nas cidades fronteiriças por conta do fluxo de pessoas de ambos os países, como resultado das zonas de livre comércio.

Segundo Lüdke e André (1986, p. 11), a pesquisa qualitativa caracteriza-se por ter:

[...] o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento, os dados coletados são predominantemente descritivos, a preocupação com o processo é maior do que com o produto, o significado que as pessoas dão as coisas e a sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador, à análise dos dados segue o processo indutivo.

Os princípios utilizados são do tipo etnográfico, muito utilizado por sociólogos e antropólogos. André (1999) salienta que esse tipo de pesquisa utiliza técnicas de coleta de dados como observação participante, o que propicia um contato mais pessoal entre pesquisador e o sujeito envolvido no estudo. A metodologia utilizada pauta-se em projetos de aprendizagem como um possível caminho para as escolas interculturais multilíngues. Busca-se também propiciar que a comunidade escolha os projetos a serem desenvolvidos localmente, por grupo ou por escola, de acordo com o que se considere mais oportuno e de acordo com as diferentes realidades dos locais em questão. Escolas ou grupos diferentes podem realizar projetos distintos entre si sem perder de vista os objetivos relacionados, tanto com a aprendizagem de conhecimentos escolares associados, com o avanço da alfabetização plena na perspectiva do letramento, como pela constituição de objetivos atitudinais associados à interculturalidade e à utilização das demais línguas.

A UFPel realiza acompanhamento pedagógico periódico junto às escolas, com o objetivo de construir e desenvolver o projeto político-pedagógico intercultural, além de ampliar as estratégias de viabilização das ações pedagógicas do PEIF, que buscam garantir a execução de metodologia diferenciada, orientando o planejamento e desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem entre as escolas brasileiras e as escolas parceiras do Uruguai, assim como sensibilizar os docentes para uma prática didática reflexiva, investigativa e redimensionadora.

INTEGRAÇÃO BINACIONAL: O QUE E COMO FAZER?

As nossas experiências atuais têm demonstrado a dificuldade que os profissionais da área de educação, principalmente professores das séries iniciais, têm em desprenderem-se dos aspectos puramente gramaticais e do preconceito linguístico e, conseqüentemente, da “síndrome do erro”, para resgatarem os aspectos culturais e linguísticos “culturalmente sensíveis”. Os professores das turmas iniciais do ensino fundamental necessitam especializar-se na realização de descrições das estratégias verbais empregadas pelos alunos, conferindo atenção especial para as rotinas comunicativas que eles executam, espontaneamente ou como cumprimento de tarefas escolares, nas modalidades oral e escrita da língua. Este tipo de proposta possibilita análises quantitativas e qualitativas das produções linguísticas dos alunos com o objetivo de verificar quais são os papéis sociais que a sociedade (através da escola) e o próprio aluno estão reservando para si. São estudos que

focalizam a mudança de código em sala de aula, vista como um recurso sociolinguístico e intercultural, portador de sentido sócio-simbólico e de funções pragmáticas.

Assim, é possível verificar quais são os fenômenos linguísticos percebidos como indicadores de prestígio social, como se dá a estratificação social dentro da escola e na sociedade e como esta afeta as relações e a distribuição de poder. Dentre as contribuições oferecidas ou enfatizadas, destacam-se a valorização no ambiente escolar das variedades populares, a identificação da zona de fronteira como um ambiente intercultural e, em especial, a busca por uma *pedagogia culturalmente sensível* para o tratamento das intervenções orais dos alunos na escola e na sala de aula, cujo objetivo é o da socialização das pessoas e das práticas interculturais, como forma de reduzir as dificuldades de comunicação interdialeto e bidialeto, devolvendo aos alunos a confiança necessária para a construção de sua identidade social e sua imagem pública.

A “I Jornada Pedagógica do PEIF”, que realizou-se na UFPEL em novembro de 2017, com a participação de professores das escolas públicas municipal e estadual de Santana do Livramento e de professores de escolas uruguaias, buscou integrar saberes interdisciplinares para o desenvolvimento de processos de ensino-aprendizagem que possam ser desenvolvidos entre as escolas brasileiras e as escolas parceiras do Uruguai, como forma de sensibilizar os docentes para uma prática didática reflexiva, investigativa e redimensionadora. A Figura 3 traz a programação interdisciplinar da “I Jornada Pedagógica do PEIF”:

Figura 3 - Folder da “I Jornada Pedagógica do PEIF” de 2017

 I Jornada Pedagógica do PEIF PROGRAMA ESCOLAS INTERCULTURAIS DE FRONTEIRA – PEIF “INTEGRANDO SABERES: DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES” Pelotas – UFPel 16 de novembro de 2017 Auditório da Reitoria – 4º Andar Campus Anglo Rua Gomes Carneiro, nº 1 Pelotas RS	16/11/2017 QUINTA-FEIRA 9h Credenciamento, Abertura, Café 9h min Mesa I: “Formação on-line para uso de tecnologias na Educação Básica” Profª. Rozane da Silveira Alves 10h30min Mesa II: “Projetos Interdisciplinares na Educação Básica: experiências do Pibid-UFPEL” - Prof.ª Vanessa Caldeira Leite 11h Diálogos Interculturais Parte I: Livro Poemas escrito por alunos de Escolas de Santana do Livramento – Prof. Paulo Borges Parte II: Dicionários bilingues de expressões da fronteira sul - Profª. Ana Pederzolli 12h -14h Almoço	14h-15h30min Relatos de Experiências Relato I: “Curta Metragens Transformando Relações na Escola Rural” Profª. Josiane de Moraes Brignol Relato II: “Projeto jornal na escola” Profª. Aline Vohlbrecht Souza 16h-17h30min Relatos de Experiências PEIF: Escolas do PEIF – Santana do Livramento Coordenadores: Prof. Paulo Borges – UFPel Profª. Ana Lourdes Fernández – UFPel Profª. Rita Rosângela Martins Oliveira – 19ª CRE Profª Carla Serrana Soares de Lima Pagès – SMED Apoio: UFPEL – 19ª CRE – SME
---	---	---

Fonte: autores.

Com essa proposta educacional-intercultural, as pessoas não são consideradas linguisticamente e culturalmente inferiorizadas, justamente porque suas competências naturais serão valorizadas pela escola e, por conseguinte, sua(s) variedade(s) não serão vistas como “erradas”, mas como representativas de sua identidade fronteiriça. Esse tipo de educação intercultural reduz a evasão e a repetência, aproxima a escola à realidade dos alunos, das famílias e da comunidade. Assim, a aproximação entre uma educação intercultural e uma *pedagogia sensível*, levando em conta a realidade dos alunos e as características culturais da comunidade, poderá prever o emprego de metodologias de ensino intercultural nos currículos de escolas que atendam a estudantes que são falantes de variedades fronteiriças (muitas vezes estigmatizadas), principalmente na fase de alfabetização e no ensino fundamental. Isso certamente favorece a introdução de estilos utilizados na comunidade e facilita a ambientação das crianças na escola. Mas é importante dizer que esta proposta não se restringe apenas à integração intercultural; busca, principalmente, valorizar a identidade fronteiriça dos professores e estudantes e promover a emancipação social e cidadã dos indivíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista as observações feitas até este momento, com base no trabalho desenvolvido no Programa PEIF, conclui-se que na fronteira Santana do Livramento-Rivera existem línguas hegemônicas que estão em competição com outras línguas fronteiriças em um espaço intercultural de legitimação de dialetos. Algumas línguas, de caráter nativo, como é o caso do portunhol, e outras que surgem por necessidades específicas, oriundas de falantes de um outro portunhol que não o nativo, utilizado por questões de necessidades específicas de ordem comercial e cultural.

Deve-se ressaltar que todas as línguas de usos são legítimas, pois estão na mente de seus falantes e na identidade cultural de uma comunidade de fala. No caso da fronteira, uma comunidade de fala diversificada e rica culturalmente, onde o termo inclusão está relacionado com o “aceitar o diverso” e com a construção compartilhada de um espaço de cidadania e educação intercultural.

Por fim, deseja-se que os processos educacionais desenvolvidos na zona de fronteira possam refletir e valorizar o cotidiano de vida intercultural das comunidades, como forma de respeito aos indivíduos, à cultura e aos valores fronteiriços, servindo como inspiração para o desenvolvimento de práticas educacionais múltiplas e integradoras presentes nas metodologias de ensino desenvolvidas nas escolas, tanto do Brasil como do Uruguai, e que a verdadeira integração binacional seja uma mescla, um entreverado, entre os perspectivas imaginária e real presentes na proposta de educação intercultural do PEIF.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas**: Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. 3.ed. Campinas: Papirus, 1999.

BARRIOS, G. Planificación lingüística e integración Regional: el Uruguay y la Zona de frontera. In. TRINDADE, M.; BEHARES, L. E. (orgs.). **Fronteiras, Educação, Integração**. Santa Maria: Pallotti, 1996.

BEHARES, L. E. Diglosíen la sociedad escolar de la frontera uruguaya con Brasil: matriz social del bilingüismo. **Cadernos de Estudos Lingüísticos** (Campinas), 6, p. 228-234, 1984.

_____. La relación lenguas-educación en la frontera Uruguay-Brasil. Una lectura discursiva. **Encontros** (Montevideo), 7, p. 187-203, 2001.

_____. Educação fronteiriça Brasil/Uruguay, línguas e sujeitos. **Revista Pró-Posições**, v.21, no. 3, p.17-24. Campinas: UNICAMP, 2010.

BENTACOR, G. **Rivera-Livramento**: uma fronteira diferente. Pelotas: Editora da UFPel, 2009.

ELIZAINCÍN, A. Estado actual de los estudios sobre el fronterizo Uruguayo-Brasileño. **Cuadernos del Sur**, 12, p. 119-140, 1979.

FERGUSON, C. **Diglossia**. Wold, 15, p. 325-340, 1959.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

_____. **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MATRAS, Y. **Mixed languages**: a functional-communicative approach. Bilingualism. In:

Language and Cognition 3(2), p. 79-99, 2000.

MELLO, C. **Soy del Bagazo nomás**. Montevideo: Impresora Cooperativa Aragones, s/d.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOZZILLO, I. **Oportunhol da fronteira Brasil-Uruguai: fenômeno de code-mixing?**
In: CORTAZZO, U.; MOZZILLO, I(orgs.). **Línguas em contato: onde estão as fronteiras?**
Pelotas: Editora da UFPel, 2014.

PESAVENTO, S. J. Além das Fronteiras. In: Martins, M. H. (Org.) **Fronteiras Culturais: Brasil-Uruguai-Argentina**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

PUCCI, A. S. **O Estatuto da Fronteira Brasil-Uruguai**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

AGRADECIMENTOS

1. Agradecemos a parceria institucional entre a UFPel, a Secretaria Municipal de Educação (SME) e a 19ª Coordenadoria Regional de Educação (19ª CRE) de Santana do Livramento;
2. Agradecemos aos professores das redes públicas municipal e estadual de educação de Santana do Livramento e aos professores das escolas públicas de Rivera no Uruguai;
3. Agradecemos aos estudantes e aos familiares das escolas públicas participantes.

DADOS DOS AUTORES

Paulo Ricardo Silveira Borges - Professor Associado da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), do Centro de Letras e Comunicação (CLC) e Coordenador do Programa Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF/UFPel). Desenvolve projetos nas áreas de Sociolinguística, Educação Intercultural e Formação Continuada de Professores.

E-mail:

Ana Lourdes da Rosa Nieves Brochi Fernández - Professora Associada da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), do Centro de Letras e Comunicação (CLC) e Coordenadora-Adjunta do Programa Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF/UFPel). Desenvolve

projetos nas áreas de Ensino de Língua Espanhola, Educação Intercultural e Formação Continuada de Professores. E-mail: anarosaf@terra.com.br

Pierre Moreira dos Santos - Professor de Espanhol, Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais, Licenciado em Letras Espanhol-Português (UFPel), Especialista em Sociologia e Acadêmico de Redação e Revisão de Textos na Universidade Federal de Pelotas.

E-mail: pierre.moreira@hotmail.com